



Número: **0032938-16.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **23/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (AUTOR)		ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)			
CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67924 269	14/09/2020 18:03	2748111_CONTESTACAO_01	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00329381620208172001

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresa seguradora com sede à Av. Marques de Olinda, 175 - Bairro do Recife - Recife - PE - CEP: 50030-000, inscrita no CNPJ sob o número 33.054.826/0001-92 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **25/12/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data 29/06/2020.

Cumpra esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



IMPORTANTE ESCLARECER QUE A PARTE AUTORA JÁ FORA INDENIZADA PELA LESÃO ENCONTRADA NO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO, TENDO RECEBIDO O VALOR DE R\$945,00 REFERENTE A SINISTRO OCORRIDO EM 12/09/2016, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO.

DESTA FORMA, DE PRONTO, A RÉ INFORMA QUE, QUANTO À ALEGADA LESÃO ENCONTRADA NO OMBRO ESQUERDO, A AUTORA JÁ FORA INDENIZADA ANTERIORMENTE, NÃO HAVENDO VALOR A SER COMPLEMENTADO.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 29/06/2020 após 06 MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 25/12/2019, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado administrativamente verba indenizatória DPVAT em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 12/09/2016, ocasião em que adquiriu lesão no membro superior esquerdo.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT em decorrência de LESÃO NO MEMBRO INFERIOR DIREITO, vindo a receber o valor de R\$945,00, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Desta forma, em relação a lesão alegada no presente sinistro localizada no ombro esquerdo, não há valor a ser complementado, haja vista que a lesão fora adquirida em 12/09/2016.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização.



Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquirir a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **25/12/2019**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 2.362,50 (DOIS MIL E TREZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷ art.

1º

(...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 28 de agosto de 2020.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA**, em curso perante a **17ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00329381620208172001.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Número: **0032938-16.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **23/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (AUTOR)		ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)			
CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67924 272	14/09/2020 18:03	ANEXO 3	Outros (Documento)



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:05
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215433531400000027052815>
Número do documento: 18012215433531400000027052815

Num. 27392304 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 1

[illegible]

Num. 67924272 - Pág. 2

17^o Ofício de Notas
 04/03/2014

Tabajara Carlos Alberto Primo Oliveira
 Rua do Carmo, 83 - Centro - Ribeirão Preto - SP - 13060-000

Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi autenticado. Cód. X000001AE889. Conf. por: 347 13410005

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014.

PALLA CRISTINA A.D. (GAB. PAR-PAUT) Total : 5.86

EMRS-11721 (PM) Consulte em <https://www3.rijr.jus.br/sitpublico>

000574
 00018733



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:05
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215433531400000027052815>
 Número do documento: 18012215433531400000027052815

Num. 27392304 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
 Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:05
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215433531400000027052815>
Número do documento: 18012215433531400000027052815

Num. 27392304 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 5



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SA ACATAUASSÚ XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013
Página 1 de 2



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:05
<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215433531400000027052815>
Número do documento: 18012215433531400000027052815

Num. 27392304 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:05
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215433531400000027052815>
Número do documento: 18012215433531400000027052815

Num. 27392304 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 7



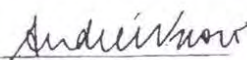
2630451 diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

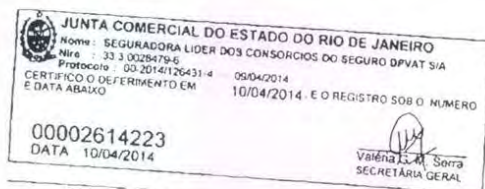
ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.



André Leal Faoro
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013
Página 2 de 2



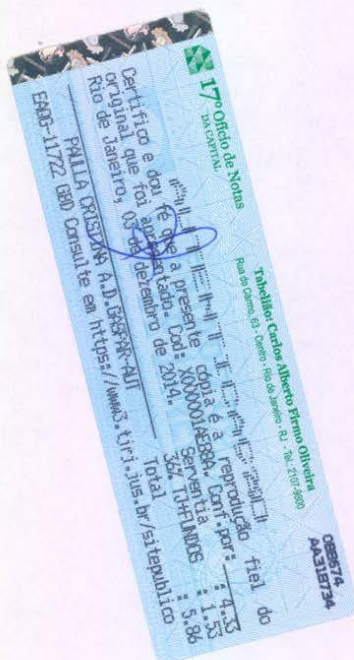
Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:05
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215433531400000027052815>
Número do documento: 18012215433531400000027052815

Num. 27392304 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:05
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215433531400000027052815>
Número do documento: 18012215433531400000027052815

Num. 27392304 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 9

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE RECIFE – PE**

Processo: nº: **0045366-35.2017.8.17.2001**

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, nos autos da ação em epígrafe, vem informar que já promoveu o recolhimento dos honorários periciais, conforme consta no comprovante em anexo, como de direito.

Termos em que,
espera deferimento.
Recife, 25 de janeiro de 2018

MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS
OAB/ PE 29.559



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 26/01/2018 09:35:20
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012609352035500000027201915>
Número do documento: 18012609352035500000027201915

Num. 27544245 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 10



Data de Emissão: 25/01/2018 - Hora: 10:40:31 #10

Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª VIA - DOCUMENTO DE CAIXA

Para obtenção ID Depósito Acesse: www.caixa.gov.br		Agência / Operação / Conta 2717 040 01647570-7	ID Depósito 040271700851801168
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município RECIFE
Vara 26A VARA CIVEL	Ação de Natureza (2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária () 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0045366.35.2017.8.17.2001		Tipo de Ação/processo HONORARIOS PERICIAIS	
Nome do Autor RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA			CPF/CNPJ
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 2439228	Data de Emissão 16/01/2018	Depósito em () 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 300,00
Autenticação mecânica do depósito CEF2717001176922012018801221606 300,00COM			



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 26/01/2018 09:35:21
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012609330801400000027201974>
Número do documento: 18012609330801400000027201974

Num. 27544304 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 11



Data de Emissão: 25/01/2018 - Hora: 10:40:31 #10

Guia para Depósito Justiça Estadual

2ª VIA - TRIBUNAL/VARA

Para obtenção ID Depósito Acesse: www.caixa.gov.br		Agência / Operação / Conta 2717 040 01647570-7	ID Depósito 040271700851801168
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município RECIFE
Vara 26A VARA CIVEL	Ação de Natureza (2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária () 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0045366.35.2017.8.17.2001		Tipo de Ação/processo HONORARIOS PERICIAIS	
Nome do Autor RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA			CPF/CNPJ
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 2439228	Data de Emissão 16/01/2018	Depósito em () 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 300,00
Autenticação mecânica do depósito CEF2717001176922012018801221606 300,00COM			



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 26/01/2018 09:35:21
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012609330801400000027201974>
Número do documento: 18012609330801400000027201974

Num. 27544304 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 12



Data de Emissão: 25/01/2018 - Hora: 10:40:31 #10

Guia para Depósito Justiça Estadual

3ª VIA - DEPOSITANTE

Para obtenção ID Depósito Acesse: www.caixa.gov.br		Agência / Operação / Conta 2717 040 01647570-7	ID Depósito 040271700851801168
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município RECIFE
Vara 26A VARA CIVEL	Ação de Natureza (2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária () 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0045366.35.2017.8.17.2001		Tipo de Ação/processo HONORARIOS PERICIAIS	
Nome do Autor RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA			CPF/CNPJ
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 2439228	Data de Emissão 16/01/2018	Depósito em () 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 300,00
Autenticação mecânica do depósito CEF2717001176922012018801221606 300,00COM			



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 26/01/2018 09:35:21
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012609330801400000027201974>
Número do documento: 18012609330801400000027201974

Num. 27544304 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 13

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

ATO ORDINATÓRIO

Em conformidade ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o(a)(s) Autor(a)(es)/Exequente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) por ventura anexados, bem como apresentar(em) resposta a(s) reconvenção(ões), caso apresentada(s). No mesmo prazo, intimo as partes para informarem se pretendem produzir outras provas, especificando-as em caso positivo.

RECIFE, 30 de janeiro de 2018.

MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR

Diretoria Cível do 1º Grau



Assinado eletronicamente por: MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR - 30/01/2018 17:03:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18013017031876000000027319633>
Número do documento: 18013017031876000000027319633

Num. 27664156 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 14

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA SEÇÃO B DA 26ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE – PE

PROCESSO: 0045366-35.2017.8.17.2001

PROMOVENTE: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

PROMOVIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S/A

RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA**, em epígrafe, que tramita perante este Douto Juízo, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, **IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO**, expondo e ao final requer o seguinte:

A contestação apresentada pela demandada, não merece acolhimento, pois trata-se de expediente meramente procrastinatório, uma vez que tenta de todas as formas protelar o andamento do processo, senão vejamos:

DA PRELIMINAR

DA RETIFICAÇÃO DO POLO PASSIVO - DA SEGURADORA LÍDER PARA ATUAR NAS AÇÕES DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

A preliminar suscitada pela Demandada não merece acolhimento, pois trata-se de expediente meramente protelatório, uma vez que quaisquer seguradora integrante do Consórcio do Seguro Obrigatório DPVAT, tem legitimidade passiva para responder, inclusive solidariamente pelas indenizações oriundas do Seguro Obrigatório.

Não há norma jurídica que determine ou impeça qual seguradora deve ser responsabilizada civilmente pelos pagamentos das referidas indenizações.

Uma simples resolução ou circular interna entre as conveniadas não isenta ou tem a força de determinar exclusividade de uma ou quaisquer outras que integrem o pool de seguradoras que participam do referido convênio a responder exclusivamente as demandas judiciais.

Isto posto, requer o indeferimento da preliminar, não se opondo o autor de que, caso seja o entendimento de Vossa Excelência, somente a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT S/A integre a lide, no polo passivo da demanda.

DO MÉRITO

DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO

Os argumentos suscitados pela demandada não merece prosperar, pois toda a documentação indispensável e necessária ao deslinde da demanda foi devidamente acostada aos autos.

Ademais, a norma legal, determina o pagamento da indenização mediante a **SIMPLES**, prova do acidente e da extensão do dano, sendo que, as provas acostada junto a exordial demonstram a ocorrência do sinistro que vitimou o Autor, conforme se vislumbra



Assinado eletronicamente por: ADSON JOSE ALVES DE FARIAS - 31/01/2018 11:09:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18013111091817900000027340978>
Número do documento: 18013111091817900000027340978

Num. 27685765 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 15

nos autos.

A 2ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em outro processo similar, assim decidiu:

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. VALOR PAGO A MENOR NA SEARA ADMINISTRATIVA. GRADAÇÃO LEGAL. PERCENTUAL DE INVALIDEZ CONSTANTE NO RELATÓRIO MÉDICO. DESNECESSIDADE LAUDO IML. INDENIZAÇÃO COMPLEMENTAR DEVIDA. SÚMULA 474 DO STJ. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. HONORÁRIOS MANTIDOS. APELAÇÃO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDA. 1. Ação de Indenização de seguro DPVAT pleiteada em função de invalidez permanente suportada pelo apelado como consequência de acidente automobilístico ocorrido em 15.01.2011. 2. Diante do quadro apresentado pela vítima do acidente, conforme relatório médico fls. 12/14, no qual restou demonstrado que o apelante apresenta debilidade permanente parcial incompleta no OMBRO DIREITO de grau INTENSO. 3. Estando o feito originário instruído com laudo médico circunstanciado, revela-se dispensável a confecção de laudo pelo IML, assim, não há que se falar na imprescindibilidade do laudo oficial emitido pelo IML para julgamento da causa. 4. Deve-se aplicar ao caso em análise o art. 3º, §1º, II, da Lei nº 6.194/74, que versa sobre a proporcionalidade da indenização securitária, visto ser a invalidez em contenda parcial e de repercussão residual. 5. Assim, o valor indenizatório devido deve observar a seguinte fórmula: R\$ 13.500,00 (teto indenizatório - valor base) x 25% (percentual para perda completa da mobilidade de um dos ombros) x 75% (grau de incapacidade intensa), totalizando o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Tendo em vista o comprovante de transferência acostado às fls. 38, que comprova o pagamento administrativo no valor de R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), assiste razão ao apelante, IRAQUITAN GOMES DA SILVA, no atinente à necessidade de complementação da indenização securitária administrativamente recebida, porém no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). 6. Acerca da fixação na sentença dos honorários sucumbenciais em 20% (vinte por cento), razão não assiste à apelante SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A em requerer seja aplicado percentual não superior a 15%, a teor do art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, pois, conforme firmado entendimento do STJ, a referida norma foi revogada com o advento do Código de Processo Civil de 1973. 7. Recurso de apelação do autor, IRAQUITAN GOMES DA SILVA, parcialmente provido. Recurso de apelação da ré, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A negado provimento. À Unanimidade. (Apelação 328347-20004476-16.2012.8.17.0001, Rel. Roberto da Silva Maia, 2ª Câmara Cível, julgado em 13/04/2016, DJe 26/04/2016)

Merece relevo, o fato de que a perícia médica já foi designada por este Juízo, para que seja apurado o grau de invalidez, devido ao sinistro narrado na inicial.

DA LEI 6.194/74

MM. JULGADOR, a Lei 6.194/74, em seu art. 3, II, dispõe que o valor da indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).



Assinado eletronicamente por: ADSON JOSE ALVES DE FARIAS - 31/01/2018 11:09:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18013111091817900000027340978>
Número do documento: 18013111091817900000027340978

Num. 27685765 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 16

Assim, não é possível admitir que o Conselho Nacional dos Seguros Privados (CNSP) possa, por meio de portaria, limitar o valor da indenização, sobrepondo-se, dessa forma, à Lei nº 6.194/74.

É de bom alvitre destacar a seguinte decisão das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul sobre o tema:

"ACAO DE COBRANCA. SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT. ACIDENTE DE TRANSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO PARCIAL.

I. **Preliminar de incompetência do Juízo afastada por ser desnecessária a produção de prova pericial para apurar o grau de invalidez, considerando-se que a Lei nº 6.194/74 fixa a indenização sem fazer qualquer diferenciação a graus de invalidez.**

II. A quitação dos valores não ultrapassa o valor posto no recibo, não impedindo que o autor postule receber a diferença ainda não paga.

III. Para os sinistros ocorridos antes da vigência da Medida Provisória 340, a Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é a única fonte legal apta e competente para fixar os valores das indenizações, não cabendo ao CNSP ou de qualquer outro órgão fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório, cuja finalidade é cobrir os danos pessoais causados por veículos automotores.

IV. O salário mínimo não serve de fator de reajuste, mas como mero referencial para fixar a indenização, inexistindo ofensa ao disposto no art. 7º, inc. IV, da CF.

V. A correção monetária incide do pagamento parcial e juros a partir da mesma data. **SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO**". (3ª Turma. RI nº 71001608561. Julgado em 08 de abril de 2008).

Também o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO** já tem decidido quanto a questão quanto ao Grau de invalidez, senão vejamos:

Civil - Seguro - DPVAT - Apelação Cível - Ação de Cobrança de Diferença de Seguro - Invalidez Permanente - Inaplicabilidade da Tabela do CNSP - Inteligência Jurisprudencial - Aplicação do Art. 3º da Lei 6194/74, alterada pela Lei nº 8441/92 - Indenização de 40 (quarenta) salários mínimos - Possibilidade - Jurisprudência do STJ - Honorários fixados dentro dos parâmetros legais - Recurso provido parcialmente - Decisão unânime. (TJPE - 3ª Câmara Cível – Apelação nº 168242-0 – Apelante: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A; Apelado: EDNALDO RICARDO DA SILVA; Rel. Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO, data do julgamento: 26/03/2009). (grifamos)

E MAIS:

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA (DPVAT) - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - INVALIDEZ PERMANENTE - DESCABIMENTO GRADUAÇÃO DA SEQUELA - SINISTRO OCORRIDO EM 2000 - APLICÁVEL AO CASO A LEI 6.194/74 EM VEZ DA LEI 11.482/2007 - EM OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI - LEGITIMIDADE DA VINCULAÇÃO DO DPVAT AO SALÁRIO MÍNIMO - SÚMULA 14 DO STJ - MANUTENÇÃO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS - RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (TJPE - 6ª Câmara Cível – Apelação nº 178979-5 – Apelante: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS



Assinado eletronicamente por: ADSON JOSE ALVES DE FARIAS - 31/01/2018 11:09:18
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18013111091817900000027340978>
Número do documento: 18013111091817900000027340978

Num. 27685765 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 17

S/A; Apelado: EVANDRO DA SILVA NEGRÃO; Rel. Des. EDUARDO AUGUSTO PAURA PERES, data do julgamento: 03/02/2009). (grifamos)

DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Também com relação aos juros de mora, Excelência, atento à Súmula 426 do E. STJ, o autor não requereu, em momento algum, que sua aplicação se desse desde a data do acidente.

No entanto, em relação à correção monetária o entendimento do autor diverge antagonicamente ao da ré, ponto vista que coincide com a consolidada jurisprudência deste país, como se pode demonstrar através de alguns julgados do E. Tribunal da Cidadania:

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO [DPVAT](#). CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1.- **Na ação de cobrança de indenização do seguro [DPVAT](#) o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso.** 2.- Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 46024 PR 2011/0149361-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 16/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: **DJe 12/03/2012** – grifos nossos sempre) SEGURO. [DPVAT](#). INDENIZAÇÃO. LEI N. [11.482/2007](#). CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. [11.482/2007](#), **a indenização relativa ao seguro [DPVAT](#) deve corresponder a R\$ 13.500,00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada.** 2. **A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ).** 3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento. (AgRg no Ag 1.290.721/GO, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 14.6.11);

E AINDA:

SEGURO OBRIGATÓRIO ([DPVAT](#)). RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI [8.441/92](#), QUE ALTEROU A REDAÇÃO DOS ARTIGOS [4](#), [5](#), [7](#) E [12](#) DA LEI [6.194/74](#). PAGAMENTO DE 50% DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ACIDENTE. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO. [...] **6. No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação. 7. Recurso especial parcialmente provido, apenas para reconhecer que os juros de mora devem incidir a partir da citação.** (REsp 875.876/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27.6.11, grifos nossos sempre).

Destarte, o marco inicial para a correção monetária deverá, *data venia*, observar a **data do sinistro**, o que desde já se requer na espécie.

DO REQUERIMENTO:

PELO EXPOSTO, requer à Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º, II c/c art 5º, §1º ambos da Lei n. 6.194/74, que seja JULGADA PROCEDENTE A PRESENTE DEMANDA NOS TERMOS DA EXORDIAL, sendo desta forma feita a mais lúdima JUSTIÇA.



Assinado eletronicamente por: ADSON JOSE ALVES DE FARIAS - 31/01/2018 11:09:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18013111091817900000027340978>
Número do documento: 18013111091817900000027340978

Num. 27685765 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 18

Nestes termos,
Espera e espera deferimento.

Recife/PE, 31 de janeiro de 2018.

Bel. Adson José Alves de Farias
OAB-PE 1292-A



Assinado eletronicamente por: ADSON JOSE ALVES DE FARIAS - 31/01/2018 11:09:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18013111091817900000027340978>
Número do documento: 18013111091817900000027340978

Num. 27685765 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 19

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o(a)(s) Autor(a)(es)/Exequente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) por ventura anexados, bem como apresentar(em) resposta a(s) reconvenção(ões), caso apresentada(s).

RECIFE, 2 de fevereiro de 2018.

GERMANA LIMA DOS SANTOS
Diretoria Cível do 1º Grau



Assinado eletronicamente por: GERMANA LIMA DOS SANTOS - 02/02/2018 18:33:39
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18020218333888300000027465705>
Número do documento: 18020218333888300000027465705

Num. 27812940 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 20

RATIFICA TERMOS DO ID. 27685765.



Assinado eletronicamente por: ADSON JOSE ALVES DE FARIAS - 06/02/2018 11:32:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18020611322961200000027539292>
Número do documento: 18020611322961200000027539292

Num. 27887831 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 21

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a INTIMAÇÃO de COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 23 de fevereiro de 2018

MARIA INES NORONHA DA SILVA

Diretoria Cível do 1º Grau



Assinado eletronicamente por: MARIA INES NORONHA DA SILVA - 23/02/2018 10:35:12
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022310351175200000028037654>
Número do documento: 18022310351175200000028037654

Num. 28395715 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 22

PREENCHER COM LETRA DE FORMA **AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE	
Nome: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS	
Endereço: V MARQUÊS DE OLINDA, 175, RECIFE, RECIFE - PE - CEP: 50030-000	
UF	PAÍS / PAYS
0045366-35.2017.8.17.2001	ID 26924872 1
INTIMAÇÃO Seção B da 26ª Vara Cível da Capital	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
<input type="checkbox"/> EMS	
<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
	09/01/18
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
	Márcio dos Santos Silva
	0045366-35.2017.8.17.2001
O PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO	

FC0463 / 16 114 x 186 mm



Assinado eletronicamente por: MARIA INES NORONHA DA SILVA - 23/02/2018 10:35:12
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022310351259800000028037655>
 Número do documento: 18022310351259800000028037655

Num. 28395717 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
 Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 23

	AVISO DE RECEBIMENTO AR	 JR 369 276 459			
	AVISO CN07				
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 08 JAN 2018	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON				
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT	<table border="1"> <tr> <td>h</td> <td>h</td> <td>h</td> </tr> </table>		h	h	h
h	h	h			
PREENCHER COM LETRA DE FORMA					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR				
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE				
	DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL FORUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARBETO, S/Nº RECIFE/PE - CEP: 50080900				
	CIDADE / LOCALITE	UF			
BRASIL BRÉSIL		CEP: 50080900			



Assinado eletronicamente por: MARIA INES NORONHA DA SILVA - 23/02/2018 10:35:12
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022310351259800000028037655>
 Número do documento: 18022310351259800000028037655

Num. 28395717 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
 Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 24

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a INTIMAÇÃO de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 23 de fevereiro de 2018

MARIA INES NORONHA DA SILVA

Diretoria Cível do 1º Grau



Assinado eletronicamente por: MARIA INES NORONHA DA SILVA - 23/02/2018 10:37:57
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022310375689900000028037906>
Número do documento: 18022310375689900000028037906

Num. 28395970 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 25

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO
- RJ - CEP: 20031-205

UF: PAÍS / PAYS

0045366-35.2017.8.17.2001 ID 26924871 8

INTIMAÇÃO Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

R. Júnior
8.956.534-7

12 JAN 2018

CDD 1º DE MARÇO - DRJ
12 JAN 2018
RIO DE JANEIRO RJ

PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



Assinado eletronicamente por: MARIA INES NORONHA DA SILVA - 23/02/2018 10:37:57
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022310375735800000028037909>
 Número do documento: 18022310375735800000028037909

Num. 28395971 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
 Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 26

Correios Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO **AR**

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE OF POSTAGE

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU OF DEPT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

08 JAN 2018

JR 369275630 BR

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL

DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO- 1º ANDAR

AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº.

CEP: 50080900



Assinado eletronicamente por: MARIA INES NORONHA DA SILVA - 23/02/2018 10:37:57
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022310375735800000028037909>
 Número do documento: 18022310375735800000028037909

Num. 28395971 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
 Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 27



Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0045366-35.2017.8.17.2001**

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

DESPACHO

01. Aguarde-se a realização da perícia.

Recife, 09 de março de 2018.

Ana Carolina Fernandes Paiva

Juíza de Direito em Exercício Cumulativo



Assinado eletronicamente por: ANA CAROLINA FERNANDES PAIVA - 10/03/2018 07:27:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18031007275931600000027975923>
Número do documento: 18031007275931600000027975923

Num. 28333000 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 28

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP [19033820407](#), médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito vem, informar que o reclamante não compareceu no dia **28/02/2018**, para realização de perícia.

Nesses termos.

Pede deferimento.

Recife, 14 de março de 2018.

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho
CRM 16.868



Assinado eletronicamente por: PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - 14/03/2018 11:54:39
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18031411543988600000028640038>
Número do documento: 18031411543988600000028640038

Num. 29006812 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 29

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA SEÇÃO B DA 26ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE/PE**

PROCESSO: 0045366-35.2017.8.17.2001

PROMOVENTE: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

PROMOVIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, já amplamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, que tramita nesta Douta Vara, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, por intermédio de seu bastante procurador que está subscreve, vem à presença de Vossa Excelência, expor para ao final requerer:

Que o Autor encontra-se atualmente desempregado e conseguiu um trabalho de empreitada, o que o impossibilitou de comparecer à perícia designada.

Isto posto, requer à Vossa Excelência, a desistência do feito sem julgamento do mérito e baixa na distribuição, inclusive renunciando ao prazo recursal, sendo desta forma realizada a mais lúdima **JUSTIÇA**.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Recife, 23 de março de 2018.

Bel. Adson José Alves de Farias
OAB/PE 1292-A



Assinado eletronicamente por: ADSON JOSE ALVES DE FARIAS - 23/03/2018 14:09:04
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18032314090476500000029013817>
Número do documento: 18032314090476500000029013817

Num. 29387709 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 30



Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0045366-35.2017.8.17.2001**

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

DESPACHO

O autor apresentou requerimento de desistência e consequente extinção do feito, no entanto, as rés já ofertaram resposta sob o ID 27392113.

Assim, considerando que a homologação do pedido dependerá da anuência da parte contrária quando oferecida a contestação (art. 485, § 4º do CPC), determino a intimação das rés para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o requerimento de desistência de ID 29387709.

Recife, 28 de março de 2018.

José **Alberto** de Barros **Freitas** Filho
Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: JOSE ALBERTO DE BARROS FREITAS FILHO - 02/04/2018 15:53:42
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18040215534263200000029186538>
Número do documento: 18040215534263200000029186538

Num. 29564227 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 31

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 26ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 29564227, conforme segue transcrito abaixo:

"DESPACHO O autor apresentou requerimento de desistência e consequente extinção do feito, no entanto, as rés já ofertaram resposta sob o ID 27392113. Assim, considerando que a homologação do pedido dependerá da anuência da parte contrária quando oferecida a contestação (art. 485, § 4º do CPC), determino a intimação das rés para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o requerimento de desistência de ID 29387709. Recife, 28 de março de 2018. José Alberto de Barros Freitas Filho Juiz de Direito"

RECIFE, 5 de abril de 2018.

SAMARA OLIVEIRA DE MELO

Diretoria Cível do 1º Grau



Assinado eletronicamente por: SAMARA OLIVEIRA DE MELO - 05/04/2018 16:17:05
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18040516170580900000029418215>
Número do documento: 18040516170580900000029418215

Num. 29799947 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 32

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE-PE

Processo: nº: 00453663520178172001 – SEÇÃO B

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, já qualificada nos autos da ação que lhe move **RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA**, vem, por seu advogado, em atenção ao r. despacho, que determinou a manifestação da Ré acerca do pedido de desistência, expor e ao final requerer o quanto segue.

Pelo que se observa dos autos judiciais, foi designado perícia técnica, certo é que, na data e hora apazadas, a parte autora restou **AUSENTE** ao ato, como se constata da documentação anexada aos autos.

Todavia, a parte autora – obviamente ciente da sua ausência na perícia, deixou de produzir provas materiais, acerca do sinistro, logo, tendo em vista, a sua iminente decretação de improcedência de seu requerimento indenizatório – vem aos autos com uma reprovável manobra processual, consistente na ‘desistência’ da ação, com a finalidade de obter uma sentença extintiva, sem análise de mérito, e com isso tentar ‘fugir’ dos respectivos ônus decorrente de sua derrota, tais como custas processuais e honorários advocatícios.

Ora, não há como a Demanda – e nem mesmo esse MM. Magistrado – acatar, a esta altura da demanda, o (tanto tardio quanto oportuno) pedido de desistência do feito, pois caso assim o seja, estará a parte autora beneficiando-se de sua própria torpeza, ‘escolhendo’ a forma com a qual pretende ver o julgamento da ação, o que não se pode admitir.

Por outro lado, admitir a desistência do processo neste estágio processual sem julgamento de mérito também representará um ‘salvo conduto’ para a parte autora **violar o princípio do juiz natural**, já que, com a extinção da demanda sem análise de mérito, poderá o autor, de forma temerária, apresentar uma nova ação distribuída a outro Juízo, na tentativa de obter eventual resultado diverso daquele a que inevitavelmente se aproxima desta – ou seja, a improcedência.

ISTO POSTO, é a presente para manifestar a V. Exa. a sua **discordância** ao pedido de desistência autoral, e, diante da já realização de prova técnica, requerer o julgamento do feito no estado em que se encontra, com a decretação de improcedência, por ser medida de



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 10/04/2018 14:47:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18041014475908700000029564945>
Número do documento: 18041014475908700000029564945

Num. 29949589 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 33

direito.

Termos em que,

Espera deferimento.

Recife/PE, 10 de abril de 2018.

MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS
OAB/PE 29.559



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 10/04/2018 14:47:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18041014475908700000029564945>
Número do documento: 18041014475908700000029564945

Num. 29949589 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 34



Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F: ()

Processo nº **0045366-35.2017.8.17.2001**

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

SENTENÇA

EMENTA: AÇÃO ORDINÁRIA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTO DE INDENIZAÇÃO EM RAZÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO CORRETO PELA VIA ADMINISTRATIVA. IMPROCEDÊNCIA.

Vistos etc.

Trata-se de Ação de cobrança de complementação do seguro DPVAT proposta por **Rodrigo Martins Carneiro da Silva** contra **Companhia Excelsior de Seguros e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, ambos qualificados na inicial.

O autor afirma que foi vítima de acidente de trânsito no dia 12/09/2016 e teve como consequência trauma do membro superior esquerdo e fratura/luxação do cotovelo esquerdo.

Diz que recebeu da demandada administrativamente o valor de R\$ 945,00, mas a quantia certa que deveria ter recebido em conformidade com a lei seria de R\$ 13.500,00, e por isso ainda deve receber o valor complementar de R\$ 12.555,00.

Citada, a ré apresentou contestação, alegando, preliminarmente, a necessidade de retificação do polo passivo em face da ilegitimidade da primeira demandada. No mérito, aduz que a requerente outorgou quitação à Seguradora dando plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para mais nada reclamar, seja a que título for, com fundamento no sinistro objeto da lide. Pede pela improcedência. Juntou laudo pericial administrativo Id. 27392141.

Réplica apresentada pela autora no Id. 27685765.

O perito informou nos autos que o reclamante não compareceu para realização da perícia Id. 29006812.

O autor peticionou nos autos requerendo desistência do feito e informou que não compareceu à perícia por estar trabalhando (Id. 29387709).



Assinado eletronicamente por: JOSE ALBERTO DE BARROS FREITAS FILHO - 31/05/2018 17:49:34
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18053117493432200000031509200>
Número do documento: 18053117493432200000031509200

Num. 31931666 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 35

Intimada a parte ré sobre o pedido de desistência, manifestou discordância e requereu julgamento do feito.

É o relatório.

Passo a decidir.

Trata-se de ação de cobrança em que a parte autora persegue a condenação da ré, empresa seguradora, ao pagamento de complementação da indenização do seguro obrigatório – DPVAT relativo à incapacidade permanente por acidente em via terrestre.

No caso em comento, verifica-se que o autor não compareceu à perícia designada por este Juízo, razão pela qual o feito será julgado com base no conjunto probatório colacionado pelas partes.

Nessa seara, vejo que a parte ré juntou aos autos a perícia realizada administrativamente (Id. 27392141), na qual ficou apontado pelo médico ter sofrido o autor **lesão no membro superior esquerdo**, de amplitude residual (10%). Assim, deve ser observada a regra segundo a qual se deve proceder à redução proporcional da indenização conforme a repercussão da lesão.

Considerando que a lesão sofrida pelo demandante, de acordo com a Tabela prevista na lei de regência do DPVAT, ensejaria o pagamento, no máximo, de 70% do teto, qual seja R\$ 9.450,00, e aplicando-se o percentual de debilidade encontrado na perícia (10%), o valor devido corresponderia a R\$ 945,00.

Assim, o pagamento administrativo, ao contrário do alegado na inicial, mostra-se correspondente ao devido, razão pela qual não faz jus o autor a qualquer complementação.

Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça já decidiu:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. **INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade.

II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

III. Recurso não conhecido.

(REsp 1119614/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 31/08/2009)

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO** e condeno o demandante ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, que fixo em 10% sobre o valor da causa, cuja cobrança fica suspensa, ante a gratuidade da justiça.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Recife, 31 de maio de 2018.



Assinado eletronicamente por: JOSE ALBERTO DE BARROS FREITAS FILHO - 31/05/2018 17:49:34
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18053117493432200000031509200>
Número do documento: 18053117493432200000031509200

Num. 31931666 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 36

José **Alberto** de Barros **Freitas** Filho
Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: JOSE ALBERTO DE BARROS FREITAS FILHO - 31/05/2018 17:49:34
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18053117493432200000031509200>
Número do documento: 18053117493432200000031509200

Num. 31931666 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 37

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001
AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 26ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 31931666, conforme segue transcrito abaixo:

" (...)Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO e condeno o demandante ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, que fixo em 10% sobre o valor da causa, cuja cobrança fica suspensa, ante a gratuidade da justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Recife, 31 de maio de 2018."

RECIFE, 9 de julho de 2018.

ITALO JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NUNES

Diretoria Cível do 1º Grau



Assinado eletronicamente por: ITALO JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NUNES - 09/07/2018 17:13:19
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18070917131909600000032626399>
Número do documento: 18070917131909600000032626399

Num. 33064920 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 38

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0045366-35.2017.8.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A

CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado, e que, nesta data, arqueei definitivamente os presentes autos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 27 de agosto de 2018.

ITALO JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NUNES

Diretoria Cível do 1º Grau



Assinado eletronicamente por: ITALO JORGE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NUNES - 27/08/2018 15:28:47
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18082715284784800000034401139>
Número do documento: 18082715284784800000034401139

Num. 34874861 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032848200000066622899>
Número do documento: 20091418032848200000066622899

Num. 67924272 - Pág. 39



Número: **0032938-16.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **23/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (AUTOR)		ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)			
CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67924 273	14/09/2020 18:03	ANEXO 4	Outros (Documento)



09/09/2020

Número: 0045366-35.2017.8.17.2001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CIVEL

Órgão julgador: Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Última distribuição: 06/09/2017

Valor da causa: R\$ 12.555,00

Acordeão: Seguro

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes		Promotor do processo eletrônico	
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (AUTOR)		ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)		MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVATSA (REJ)		MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO / INTERPRETE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23319773	06/09/2017 14:54	Petição Inicial	Petição Inicial
23319937	06/09/2017 14:54	PROCURAÇÃO AD JUDICIA	Procuração
23319673	06/09/2017 14:54	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação
23320017	06/09/2017 14:54	DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
23320111	06/09/2017 14:54	CTPS	Documento de Comprovação
23320147	06/09/2017 14:54	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
23320293	06/09/2017 14:54	LAUDOS MÉDICOS	Documento de Comprovação
23320320	06/09/2017 14:54	PROCESSO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação
26887779	02/01/2018 18:42	Decisão	Decisão
26924871	03/01/2018 18:43	Intimação	Intimação
26924872	03/01/2018 18:43	Intimação	Intimação
26924873	03/01/2018 18:43	Intimação	Intimação
27392113	22/01/2018 15:44	Contestação	Contestação
27392141	22/01/2018 15:44	2439218-ilovepdf.compressed	Outros (Documento)
27392184	22/01/2018 15:44	DOC. REPRESENTAÇÃO EXCELSIOR PARTE 1	Procuração
27392204	22/01/2018 15:44	DOC. REPRESENTAÇÃO EXCELSIOR PARTE 2	Procuração
27392222	22/01/2018 15:44	DOC. REPRESENTAÇÃO EXCELSIOR PARTE 3	Procuração



27392 240	22/01/2018 15:44	<u>DOC. REPRESENTAÇÃO EXCELSIOR PARTE 4</u>	Procuração
27392 252	22/01/2018 15:44	<u>DOC. REPRESENTAÇÃO EXCELSIOR PARTE 5</u>	Procuração
27392 261	22/01/2018 15:44	<u>DOC. REPRESENTAÇÃO EXCELSIOR PARTE 6</u>	Procuração
27392 286	22/01/2018 15:44	<u>LIDERPARTE 1</u>	Procuração
27392 304	22/01/2018 15:44	<u>LIDERPARTE 2</u>	Procuração
27544 245	26/01/2018 09:35	<u>Petição</u>	Petição
27544 304	26/01/2018 09:35	<u>2430228 GUIA CEF</u>	Guia de Recolhimento / Depósito / Custas
27664 156	30/01/2018 17:03	<u>Intimação</u>	Intimação
27685 765	31/01/2018 11:08	<u>Réplica</u>	Petição
27812 940	02/02/2018 18:33	<u>Intimação</u>	Intimação
27887 831	06/02/2018 11:32	<u>Outros(Petição)</u>	Outros (Petição)
28395 715	23/02/2018 10:35	<u>Aviso de Recebimento</u>	Aviso de recebimento (AR)
28395 747	23/02/2018 10:35	<u>AR INT/ COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS</u>	Aviso de recebimento (AR)
28395 970	23/02/2018 10:37	<u>Aviso de Recebimento</u>	Aviso de recebimento (AR)
28395 971	23/02/2018 10:37	<u>AR INT/ SEGURADORA LIDER</u>	Aviso de recebimento (AR)
28333 000	10/03/2018 07:28	<u>Despacho</u>	Despacho
29006 812	14/03/2018 11:54	<u>Resposta</u>	Resposta
29387 709	23/03/2018 14:08	<u>Desistência da Ação</u>	Desistência da Ação
29564 227	02/04/2018 15:53	<u>Despacho</u>	Despacho
29739 947	05/04/2018 16:17	<u>Intimação</u>	Intimação
29949 680	10/04/2018 14:48	<u>Petição MANIFESTAÇÃO DISCORDANCIA DE DESISTENCIA</u>	Petição
31931 666	31/05/2018 17:48	<u>Sentença</u>	Sentença
33004 920	09/07/2018 17:13	<u>Intimação</u>	Intimação
34874 881	27/08/2018 15:28	<u>TRANSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO</u>	Certidão



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOCTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE RECIFE/PE.

RODRIGO MARTINS CAPEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro,
vereador (atualmente desempregado) portador do RG n.º 7.409.403 SDS/PE e do CFF nº
091.425.524-55, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua Oitenta e Nove, nº 66,
Quadra 106, Cadeés I, Abreu e Lima/PE – CEP 53.530-640 por intermédio de seu bastante
procurador que esta subscreve, conforme instrumento procuratório incluso, podendo receber
intimações, citações, notificações, entre outros, na Rua Joaquim Nabuco, nº 200, Timbó, Abreu e
Lima/PE, vem perante V.Exa., ajuizar a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT
(DPVAT/ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO)

Contra: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A, inscrita no CNPJ sob número 09.054.020/0001-92,
situada na Avenida Marques de Olinda, nº 175, Recife Antigo, Recife/PE – CEP 50.030-000 e da
SEGURADORA UDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ, sob
número 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º. andar, Centro, Rio de
Janeiro/RJ – CEP 20.031-205, expondo e requerendo ao final o seguinte:

AB INITIO, diante de situação em que se encontra o promovido,
requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer
valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de
assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade
do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme
preceitua o art. 98 e seguintes do CPC.

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a
defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios
econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias
fundamentais: a igualdade de todos e o acesso à Justiça.

Prima facie, em atendimento ao disposto no art. 319, VII, do CPC, e ainda
por se tratar de matéria referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, sendo imprescindível a
realização de prova pericial, o autor não opta, inicialmente, pela realização da audiência de
conciliação, com que se realizará a perícia judicial.

-EXPOSIÇÃO FÁTICA-

O Autor foi vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido no dia 12 de
setembro de 2016, quando conduzia a motocicleta pela via pública, momento em que perdeu o
controle e caiu ao solo, com o impacto o Autor sofreu lesões de natureza grave, sendo socorrido
pelo SAMU para a UPA DE IGARASSU e posteriormente para o Hospital Miguel Arraes,



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 06/09/2020 17:41:10:00
<https://pje.tjpe.jus.br:443/cgi/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=170061449578900000003054204>
Número do documento: 170061449578900000003054204

Núm. 20019773 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 3

NO LAUDO MÉDICO, atesta que o Autor sofreu TRAUMA DO
MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO + FRATURA/LUXAÇÃO DO COTOVELO ESQUERDO.
conforme documentos em anexo.

A FENASEG, responsável pelo pagamento das indenizações, afirma que o quantum devido deve obedecer Circular do CNSP-(CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), que reduz o valor a ser pago afirmando que cada órgão tem um percentual, o que vai de encontro ao art. 3º e 5º ambos da Lei nº 0.154/74.

A Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT, deverá ocorrer dentro de quinze dias, bastando apenas a simples ocorrência do acidente.

C Presidente Inácio Lula da Silva, em maio de 2007, sancionou a Lei nº 11.482/2007, que alterou a Lei nº 6.194/74, atendendo pleito das seguradoras, sendo que, anteriormente, o valor do DPVAT correspondia a 40 (quarenta) salários mínimos.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem por pessoa vitimada:

As modificações introduzidas na Lei 6.194/74, que trata do seguro obrigatório de veículos automotores de vias terrestres ou sua carga, a pessoas transportadas ou não, o conhecido Seguro DPVAT, foi atropelada pelo Poder Executivo Federal, vez que as modificações introduzidas vieram apenas reduzir os encargos e contemplar das companhias seguradoras, as quais na grande maioria são multinacionais, e grandes operadores financeiros e grandes Bancos.



Arquivo eletrônico por: ADONIS 2006 AVCO DE TAVIA 0000/0017 11 10 60
<https://pje.trf4.jus.br:443/gi/Processo/Consulta/documentos/view.seam?x=1700614495789000000:3054204>
 Número do documento: 170061445789800000023054204



em todos os aspectos legais que os beneficiavam, transformando a referida lei numa mera determinação do decurso da vontade dos seguradores.

Ora, Douto Julgador, foi pago ao autor a importância de R\$ 345,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), como o valor estipulado pela norma legal corresponde a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), de logo, se conclui que a Demandada, deve indenizar o promovente no valor de R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), valores estes que devem incidir juros de 1%, retroativos a data do sinistro, por trata-se de crime de apropriação, aplicando-se a Súmula 54 do STJ, no caso em tela.

DO VALOR DO DPVAT, ATRELADO APENAS AO QUANTUM

DA LEI 11482/2007,

A Lei n. 6.194/74, mesmo com as alterações sofridas pela Lei nº 11.482/2007, em momento algum, faz uso, referência a aludida "Tabela", como base de cálculo, mas tão somente a ocorrência do dano.

A prova do dano foi perfeitamente identificada, apreciada pela seguradora, visto que, já houve um pagamento administrativo, efetuado de forma a menor em prejuízo do autor, no valor de R\$ 345,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).

O cálculo é simples se o valor da indenização, em casos de invalidez nos exatos termos do Art 3º, inciso II da Lei 11.482/2007, II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), deve a seguradora pagar como forma de indenização o valor da diferença no quantum de R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), retroativos a data do pagamento a menor.

Como se não bastasse reduzir os valores do DPVAT, que o faz tomando como base a Resolução tomada pela Demandada como amparo, nasce do lavra do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados), não tendo força de lei, serve apenas para apoiar o ato ilícito patrocinado pelas seguradoras que exploram esse ramo de atividades em nosso país.

Nunca é demais ratificar que a Lei n. 6.194/74, determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES, ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, no entanto, a seguradora, dentre as quais figura a recorrente, procura inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal infra citado.

As provas colecionadas pelo requerente, aponta, retratam a debilidade a que ficou restrito a autora. Destarte, segundo a determinação legal, será devido o pagamento da indenização mediante a simples ocorrência do acidente e da extensão do DANO por ele provado.

Não encontrando outra forma de solucionar o litígio vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

-DO REQUERIMENTO-

PELO EXPOSTO, requer a V.Exª, com fundamento no art 3º, II, e art. 5º ambos da Lei n. 6.194/74, requer a procedência da presente demanda, para o fim de ordenar a requeida ao pagamento da indenização em epígrafe, fundada no pagamento de R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), referente a complementação do seguro Obrigatório DPVAT, em face da invalidez sofrida pelo Autor, adquirida através de sinistro



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 0000/0017 11:10:00
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17006144657690000003054204>
Número do documento: 17006144657690000003054204

Núm. 23019773 - Pág. 3



de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

1. Seja citado o Promovido, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, com fundamento no Art. 221, , do Código de Processo Civil Pário, seja a promovida citada através de AR (Correios e Telégrafos);
2. Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com o rito especial imposto a lide, tenha início a instrução e julgamento;
3. Protesta prorar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos;
4. Corra base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos a data do sinistro;
5. Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;
6. Requer ainda a parte autora que caso a parte demanda não pague o valor da condenação no prazo legal de 15 (quinze) dias, passe a incidir sobre o quanto a multa de 10% (dez) por cento, como determina o art. 475-J, do CPC;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 7º da Lei n. 1.060/50, por ser pobre na forma da lei;

Dá a presente causa o valor de R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,
Pede e Espera deferimento.

Recife, 06 de setembro de 2017.

Bel. Ailson José Alves de Farias
OAB/PB 9949



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 06/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 1709061446579890000023054204

Num. 23019773 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 6

PROCURAÇÃO "ADJUDICIA"

RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, vendedor (atualmente desempregado), portador do RG nº 7.409.803 SIS/PE e do CPF nº 093.425.524-55, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua Oitenta e Nove, nº 66, Quadra: 106, Caetes I, Abreu e Lima/PE, CEP: 53.530-640.

Constitui e nomeia:

- **Bel ADSON JOSÉ ALVES DE FARIAS**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PE 1292-A, CPF nº 917.571.194-87, e-mail: adsonadv@hotmail.com;
- **Beh. ROSSANA LÍGIA FERNANDES DANTAS**, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 7.742.086 SSE/PE e do CPF nº 884.447.684-00, e-mail: babinospe@hotmail.com.

como seus procuradores, podendo ser intimados na Rua Joaquim Nabuco nº 100, Timbó, Abreu e Lima, Estado de Pernambuco, onde receberão as intimações e notificações de praxe; ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad iudicia", art. 38 parte final do CPC, especialmente para **AJUIZAR AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, junto a **VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE, ESTADO DE PERNAMBUCO**. Podendo o outorgado confessar, assinar, desistir, propor e firmar acordos entre as partes, receber intimações, transigir, apresentar réplica, oposições, receber valores e dar quitação, receber alvarás judiciais junto aos cartórios das secretarias judiciais, apresentar recurso e contra razões junto ao Tribunal de Justiça, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo acompanhar todo processo até o final do julgamento e finalmente praticar todos os atos necessários ao bem e fiel desempenho deste mandato. Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pegos na base de 30% (trinta por cento) sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente instrumento.

Abreu e Lima/PE, 14 de agosto de 2017.

Outorgante:

Rodrigo M.C. da Silva

Emto de reconhecimento de firma, face a Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que nova redação ao art. 38 do CRC.



Assinado eletronicamente por: ADSON JOSÉ ALVES DE FARIAS 00000047411000
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=170061444279200000003054388>
Número do documento: 170061444279200000003054388

Núm. 23019937 - Pág. 1



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, ~~vereador (atualmente desempregado)~~, portador do RG nº 7.439.803 SDS/PE e do CPF nº 093.425.524-55, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua Oitenta e Nove, nº 66, Quadra: 106, Cartões I, Abreu e Lima/PE, CEP: 53530-043. **DECLARA**, para os devidos fins de Direito, e a que se fizerem necessário especialmente para fazer prova junto a **VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE, ESTADO DE PERNAMBUCO**, nos termos do Art. 48 e seguintes do Código de Processo Civil, objetivando obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, por não ter condições financeiras de suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família, principalmente para ingressar com a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO PRIVAT**. Declara ainda ser conhecedor das consequências administrativas e Cíveis, caso a presente não retente a verdade. Nada mais a contar, assinou o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Abreu e Lima/PE, 14 de agosto de 2017.

Declarante

Rodrigo M. C. da Silva



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 0000/0017 11 00 00
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1700614456740000003054404>
Número do documento: 17006144567740000023054404

Num. 23019973 - Pág. 1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFICO
SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRAÇÃO

RICARDO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

DOC. IDENTIFIC. ORG. CIVIL DE
740880 200 PS

CPF
000.000.000-00

PLACAO
**RICARDO CARNEIRO DA
SILVA RSTO
MARTA MARIA MARTINS
DA SILVA**

PRIMEIRO
RICARDO

SOBRINHO
DA SILVA

PROFISSÃO
00000-00000

LOCAL
PAULISTA - PE

DATA
19/01/2016

ASSINADO
**1098813844
2073333784**

1300805184

1300805184



Assinado eletronicamente por: ADONIS 2006 A.V.C.D.E. T.M.I.A.D. 0000/0017-11-00-01
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=17006144531340000003054446>
 Número do documento: 17006144531340000003054446

Num. 23020017 - Pág. 1




Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
 Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 9

NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2ª VIA

EMPRESA EMISSORA
DE PERNAMBUCO
 AV. JÃO DE BARROS, 111, BKA VISTA,
 RECIFE, PERNAMBUCO
 CEP 50050-902
 CNPJ 10.338.832/0001-08
 INSCRIÇÃO ESTADUAL 15.959.540-9



celpe
 Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco
 www.celpe.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10433, de 28/04/02
 Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 1142
 Ouvidoria: 0800 282 1599
 Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado
 de Pernambuco-ARPE: 0800-727-0117-Ligação gratuita de telefones fixos
 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
 167-Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE NADIA MARIA MARTINS DA SILVA CPF: 352.384.314-0 ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA RUA XITENTA E NOVA Q 10 ALTO HAMBURGUENSE 555-640 AGRUAMENTO PE	DATA DE VENCIMENTO 22/06/2017 TOTAL A PAGAR (R\$) 154,99	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 22/06/2017 DATA DA APRESENTAÇÃO 14/06/2017 NÚMERO DA NOTA FISCAL 005080000	CÓDIGO CONTRATE 00000000000000000000 NÚMERO CLIENTE 992154849 Nº DE INSTALAÇÃO 000000000
CLASSIFICAÇÃO 01 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL Monofásico			
RESERVADO AO FISCO D882A565988F00E064E53DA0C83B4C			

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	17,00	0,7128887	12,33
Acrescimo Saneamento			4,18
Contribuição Iluminação Pública			18,66
ICMS Subvenção-DE Nº 007265871-12/06/17			0,99
Multa por atraso-DE Nº 755871 - 3/04/17			1,87
Multa por atraso-DE Nº 755871 - 3/04/17			2,51
Juros por atraso-DE Nº 755871 - 3/04/17			0,78
Juros por atraso-DE Nº 755871 - 3/04/17			0,66
TOTAL DO PREÇO			154,99

MEDIÇÕES DE TENSÃO			
ICMS		PIS	
BASE DE CÁLCULO	%	BASE DE CÁLCULO	%
12,33	25,00	18,66	3,00
		129,33	5,22
			8,05


COMPOSIÇÃO DO CONSUMO			
RS	%	RS	%
Consumo Ativo(kWh)	9,44	12,33	10,00
Acrescimo Saneamento	4,18	2,71	1,75
Contribuição Iluminação Pública	18,66	11,25	7,29
ICMS Subvenção-DE Nº 007265871-12/06/17	0,99	0,63	0,41
Multa por atraso-DE Nº 755871 - 3/04/17	1,87	1,17	0,75
Multa por atraso-DE Nº 755871 - 3/04/17	2,51	1,57	1,01
Juros por atraso-DE Nº 755871 - 3/04/17	0,78	0,49	0,31
Juros por atraso-DE Nº 755871 - 3/04/17	0,66	0,41	0,26

RESUMO DO HISTÓRICO DE CONTAS DESTA NOTA FISCAL <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>NÚMERO DA NOTA FISCAL</th> <th>DATA DE EMISSÃO</th> <th>DATA DE VENCIMENTO</th> <th>VALOR TOTAL</th> <th>VALOR PAGADO</th> <th>VALOR EM DEBITO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>00000000000000000000</td> <td>14/06/2017</td> <td>22/06/2017</td> <td>154,99</td> <td>0,00</td> <td>154,99</td> </tr> </tbody> </table>	NÚMERO DA NOTA FISCAL	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR TOTAL	VALOR PAGADO	VALOR EM DEBITO	00000000000000000000	14/06/2017	22/06/2017	154,99	0,00	154,99	DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>QUANTO</th> <th>VALOR</th> <th>VALOR</th> <th>VALOR</th> <th>VALOR</th> </tr> <tr> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>QUANTO</th> <th>VALOR</th> <th>VALOR</th> <th>VALOR</th> <th>VALOR</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>DESCRIÇÃO</td> <td>QUANTO</td> <td>VALOR</td> <td>VALOR</td> <td>VALOR</td> <td>VALOR</td> </tr> <tr> <td>DESCRIÇÃO</td> <td>QUANTO</td> <td>VALOR</td> <td>VALOR</td> <td>VALOR</td> <td>VALOR</td> </tr> </tbody> </table>	DESCRIÇÃO	QUANTO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	DESCRIÇÃO	QUANTO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	DESCRIÇÃO	QUANTO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	DESCRIÇÃO	QUANTO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
NÚMERO DA NOTA FISCAL	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR TOTAL	VALOR PAGADO	VALOR EM DEBITO																																
00000000000000000000	14/06/2017	22/06/2017	154,99	0,00	154,99																																
DESCRIÇÃO	QUANTO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR																																
DESCRIÇÃO	QUANTO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR																																
DESCRIÇÃO	QUANTO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR																																
DESCRIÇÃO	QUANTO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR																																

INFORMAÇÕES Na nota de faturamento constam o valor e o valor. Mais informações em: www.celpe.com.br O cliente é responsável por manter o equipamento em condições de funcionamento. Pagar a nota em até 05 dias úteis após a data de emissão da nota de faturamento, sob pena de incidência de multa e juros. O cliente é responsável por manter o equipamento em condições de funcionamento.	NÍVEL DE TENSÃO <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>TENSÃO NOMINAL(V)</th> <th>LIMITE DE VARIAÇÃO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>220</td> <td>202 - 231</td> </tr> </tbody> </table>	TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO	220	202 - 231
TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO				
220	202 - 231				

DATA CONTRATE 005080000	DATA VENCIMENTO 22/06/2017	TOTAL A PAGAR (R\$) 154,99	DATA DE PAGAMENTO 22/06/2017
-----------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	--


Evite dobrar, perfurar ou rasgar.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17006144531340000003054446>

Número do documento: 17006144531340000003054446



Num. 23320017 - Pág. 2



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome: Rodrigo Martins Cordeiro
da Silva
do Nome: Paulo em PE data 12.09.90
Município: Belém Estado: Pará
Data: 12.09.90 Município: Belém
Doc. N°: RG 7404203-0001 PE

EXTRANGEIRO

Chegada a Brasil em: _____ De: _____ N°: _____
Exp. em: _____ Estado: _____
Data: _____
Data: 12.09.90 Estado: PE
N° de identificação: _____
Assinatura: _____



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 0000/0017 11 00 00
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17006144637320000003054539>
Número do documento: 17006144637320000003054539

Num. 23320111 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 11

13

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: CASA DE SAUDES LTDA

CNPJ/MF: 07.043.278/0001-38

Rua: ANTONIO DE P. SOUZA

Município: ITABOATI

Est. do Estabelecimento: SP

Cargo: Atendente

Data admissão: 01/09/2016

Registro nº: 12

Remuneração específica: 1200,00

[Assinatura]

CASA DE SAUDES LTDA

Ass. do empregador ou a representante

1ª _____ 2ª _____

Data: 01 de 09 de 2016

CASA DE SAUDES LTDA

Ass. do empregado ou a representante

1ª _____ 2ª _____

Com Dispensa CD Nº _____

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: _____

CNPJ/MF: _____

Rua: _____ Nº _____

Município: _____ Est. _____

Est. do Estabelecimento: _____

Cargo: _____

Data admissão: _____ de _____ de _____

Registro nº: _____

Remuneração específica: _____

Ass. do empregador ou a representante

1ª _____ 2ª _____

Data: _____ de _____ de _____

Ass. do empregado ou a representante

1ª _____ 2ª _____

Com Dispensa CD Nº _____

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: _____

CNPJ/MF: _____

Rua: _____ Nº _____

Município: _____ Est. _____

Est. do Estabelecimento: _____

Cargo: _____

Data admissão: _____ de _____ de _____

Registro nº: _____

Remuneração específica: _____

Ass. do empregador ou a representante

1ª _____ 2ª _____

Data: _____ de _____ de _____

Ass. do empregado ou a representante

1ª _____ 2ª _____

Com Dispensa CD Nº _____



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 0000/0017 11:00:00
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17006144637320000003054539>
 Número do documento: 17006144637320000003054539

Num. 23320111 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
 Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 12



27ª CIRCUNSCRIÇÃO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGATIA DE POLÍCIA 947 CIRCUNSCRIÇÃO - AGRO E LINA - ORIENTAR EMPREGADO

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 17E0117001633

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 19/06/2017 às 15:10

OUTRAS OCORRÊNCIAS DE TRÂNSITO - Culposa (Consumador) que aconteceu no dia 12/9/2016 às 08:53

Para ocorrido no endereço: **BAIRRO DE CAETES I (BAIRRO), S, AVENIDA - BOMIS CAETES I - ANHILU E LIMA/FERNANDEZ/BRAS.**
 13000-000 - BOMIS CAETES I - ANHILU

Pessoas envolvidas na operação:
WILLIAM FERREIRA LAMARCA LOURENÇO;
RICARDO MARTIN CARNEIRO DA SILVA (VITÓRIA)

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), (Se estiver em posse do(a) Sr(a), preencher com TELA
CARNEIRO DA SILVA

Qualificação de(s) pessoa(s) envolvida(s)

RODOLFO MARTINS CARREIRO DA SILVA (presente ao plantio) - Sexo: Masculino; NADA MARIA MARTINS DA SILVA - Sexo: Feminino; O grupo recebeu: RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL.

IMPRESSÃO: (verificar se está correta) - Nome: Desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de
BRASIL

Qualificação do(a) do(ste) envolvido(s)

VEÍCULO (VEÍCULO), por estar em posse do(a) Sr(a) RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Cidade/Estado: MATO GROSSA/YANINA/BRASIL. Este documento não
Quanto ao JUNDADO NÃO INFORMADA

Nome: FRANZISCA MARQUES DA SILVA
 Ano: Primeiro do Ensino Médio
 Descrição: em nome de RAFAEL SANTOS CARNEIRO DA SILVA

Complaints by / Observations:

DECLARA A VITIMA QUE PILOTAVA A MOTOCICLETA PLACA PFA-282 QUANDO PERDEU O CONTROLE VENDO A GAR SUPRINDO FUMOSOS SENDO SACORRIDO PELO SAU E ENCAMINHADO PARA O HOSPITAL MARCEL.

Assinatura de(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

RODRIGO MARTINS CARRNEIRO DA SILVA
(VITIMA)

(A.O. registrado em: **ANTONIO GOMES DA SILVA** - Matrícula: 2212629)



Assinado eletronicamente por: ADONIS 2008-1560 DE TAVIA 0000/00-11 00-00
<https://pje.trf4.jus.br:443/gi/Processo/Consulta/documentos/view.seam?x=17006144708785000000:3054575>
 Número do documento: 1700614470878500000023054676

Num. 22520147 - F&M. I



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1/g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
 Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 13




**SECRETARIA DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA**

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

Declaração de número 0030/2016

Atendendo ao requerimento do Sr. Rodrigo Marins Carneiro da Silva RG 7.469.803 SDS PE, CPF 003.425.524-55 que baseando na ficha de ocorrência N°22b/47 do dia 12 de Setembro de 2016, foi atendida pelo nosso Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU Abreu e Lima, por volta das 00:30min vítima de queda de moto na rua 59, n 66 nas proximidades do lava jato Caetés I sendo em seguida removido para UPA de Igarassu.


Alivete M. Santos Pinheiro
Coordenadora do SAMU Abreu e Lima
Coren-383594

Rua: Carliana S/O Caetés ref: 1 CEP 53551590 – Abreu e Lima/PE.



Assinado eletronicamente por: ABREU E LIMA - SECRETARIA DE SAÚDE 0000/0017 11:00:00
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=170061447087850000003054575>
Número do documento: 170061447087850000003054575

Núm. 23320147 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 14

UPA 24 HORAS - IGARASSU

Manual de Classificação de Risco - Provisório

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO RISCO IMIP

Data e hora retirada da senha: 12/09/2016 06:37

Nome Paciente: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Cód. Paciente:
Data de Nascimento: 08/12/1990
Sexo: Feminino
Idade: 26
Senha: 0018
Convênio:
Atendimento:
SAME:

Período: 12/09/2016 06:39 - 12/09/2016 06:40

JOSE ROISON PEREIRA CORDERO - COREN: 7155 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade: NÃO URGENTE - VERDE

Cor: VERDE

Queixa Principal: SUSPEITA DE LUXAÇÃO EM MÔDULO AGENTE DE MOTO

Observação: ACIDENTE DE MOTO

Fluxograma sintoma: TRAUMA

Discriminador(es): - DOR LÉVE (1-3/10)

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Assinado(s) por: JOSE ROISON PEREIRA CORDERO - COREN: 7155 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 12/09/2016 06:40

Sistema de Atendimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 0000/0017-11-00-01

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=17006144840650000003054716>

Número do documento: 17006144840650000003054716

Num. 23320293 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>

Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 15



Atendimento: 005067

Senha de Classificação:

0016

Data e Hora: 12/09/2016 06:41

Paciente: 214274 RODRIGO MARTINE CARNEIRO DA SILVA Sexo: MASCULINO
Data do Nascimento: 05/12/1990 Idade: 25 anos Convênio: 2 SUS - PRONTO ATENDIMENTO
Nome da Mãe: NADIA MARIA MARTINS DA SILVA Nome do Pai: ELPIDIO CARNEIRO DA SILVA NETO
Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: OTORREISTA - PLANTONISTA CRM: 4134697
Endereço: OSENTA ENOVE 65 Bairro: CAETES I
Cidade/UF: ABREU E LIMA PE Cep: 5630040 Usuário Atendimento: KLEISRLS
RG (Identidade): 7408803 Data de Emissão: 01/01/2016
CPF (Cadastro de Pessoa Física): 000.000.000-00 Fone: 0000-0000
CRN (Certidão de Registro de Nasc): 000000000000 Data de Emissão CRN:

PESO: _____ ALTURA: _____ TEMPERATURA: _____ °C FC: _____ rpm FR: _____ rpm PA: _____ mmHg
DATA: _____ HORA: _____

QUEIXA PRINCIPAL / DURAÇÃO / HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL:

*Perda de audição há 3h, incluindo choro alto
na catapalça (S)*

EXAME FÍSICO:

Ex. físico normal, com ruído, crepitações, sibilos

Na ausculta pulmonar normal na catapalça (S)

Na ausculta cardíaca normal na catapalça

IMPRESSÃO (S) DIAGNÓSTICA (S):

*+ Laringite da catapalça
S: Perda de audição da catapalça*

SOLICITAÇÃO DE EXAMES:

PRESCRIÇÃO MÉDICA:

HORARIO

07.35	<i>Paciente OPA + AD ELI no 07.35. Paciente recusa hospitalar x sua laringite 07.46 recusa tratamento</i>	

Dr. Rômulo Vieira
Otorrinolaringologista
CRM 4134697

Médico / Creche:

ENCAMINHADO: () Ambulatório () Sala Verde () Sala Amarela () Sala Vermelha

Médico / Creche:



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 0000/0017-11-00-01
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17006144840650000003054716
Número do documento: 17006144840650000003054716

Num. 23320293 - Pág. 2




HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRÃES

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 13/09/2016 16:33

 Nome Paciente: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Cód. Paciente: 10899
Data de nascimento: 08/12/1980
Sexo: Masculino
Idade: 35
Senha: 0006
Convênio: 2 - SUS - EXTERNO / URGÊNCIA
Atendimento: 344760
SAME: 3413



as 18:30

Período: 13/09/2016 16:19 - 13/09/2016 16:40

AMANDA ROBERTA DE MELO COSTA - COREN: 342188 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Classificação: URGÊNCIA AMARELO

Cor: AMARELO

Queixa Principal: PACIENTE ENCAMINHADO POR DR MARCIO, VITIMA DE QUEDA DA MOTO, EVOLUIU COM FRATURA/LUXAÇÃO DE COTOVELOE

Observação: NEGA ALERGIAS, DM E HAS.

Fluxograma sintoma: TRAUMATISMO

Crênecedor(s):
- SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE
- FERIMENTO SEM SANGRAMENTO ATIVO
- DOR MODERADA (4-7/10)

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

REVISADO
A-PI-HMA

19/09/16

Acolhido(s) por: AMANDA ROBERTA DE MELO COSTA - COREN: 342188 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 13/09/2016 16:40

Sistema de Atendimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 0000/0017-11-00-01

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=17006144840650000003054716

Número do documento: 17006144840650000003054716

Num. 23320293 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 18

 MIGUEL ARRAES	HOSPITAL MIGUEL ARRAES	
Atendimento: 344780		Senha de Classificação: 0025
Data e Hora: 13/09/2016 16:38		
Paciente: 10899 RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA Sexo: MASCULINO Data de Nascimento: 02/12/1950 Idade: 25 anos Convênio: 2 RIR: INTERNO / URGÊNCIA Nome da Mãe: NADIA MARIA MARTINS DASILVA Nome do Pai: ELPIDIO CARNEIRO DA SILVA NETO Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: PLATONISTA ORTOPEDIA CRM: 12345 Endereço: RUA OITENTA E NOVE Nº: 88 Bairro: CAETES I Cidade/UF: ABREU E LIMA PE Usuário Atendimento: JOSEANABRO		
Informações Associadas a Pacientes Estrangeiros / Visitantes		
Data Entrada Brasil: _____ Nacionalidade: BRASILEIRA Nr Documento Estrangeiro: _____ Observação: _____		
RESUMO DE TRATAMENTO		
Idade: _____ Altura: _____ Temperatura: _____ Hora: _____		
Queixa Principal: <i>Paciente com fratura de</i> <i>osso da mão esquerda.</i>		
Exame Físico: <i>fratura fechada de osso da</i> <i>(húmero) (ver foto anexa)</i>		
Hipótese Diagnóstica: <i>Fratura do osso da</i> <i>mão esquerda.</i>		
Descrição Médica: <i>fratura fechada de osso da</i> <i>mão esquerda.</i> <i>Obs: Paciente registra dor de osso.</i> <i>Reduzido uso da mão esquerda.</i>		
Assinatura e Carimbo Médico: <i>[Assinatura]</i>		
Destino: () Encaminhado ao Ambulatório () Residência () Transferido Para: _____ () Encaminhado ao setor de internação		



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 0000/0017 11:00:01
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17006144840650000003054716>
 Número do documento: 17006144840650000003054716

Num. 23320293 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2009141803286150000006622900>
 Número do documento: 2009141803286150000006622900

Num. 67924273 - Pág. 19

DIAGNÓSTICO DO ATENDIMENTO

Atendimento.....: 344780 Prontuário: 10899 SAME: 5411 Hora Atend: 18:36 Data Atend: 13/09/2016
Paciente.....: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA Idade: 25 a
Endereço.....: RUA OITENA E NOVE
Bairro.....: CACULCO
Cidade.....: ABRÃO LIMA
Convênio.....: SUS - EXTERNO / URGÊNCIA UF.: PE CEP: 53530640
Plan.: PLANO UNICO
CID's Secundários.:
Resultado.....: ALTA APOS MEDICAÇÃO
Data Saída.....: 13/09/2016 Hora Saída: 18:20

Prestador de Evolução Médica: PLANTONISTA ORTOPEDIA

PLANTONISTA ORTOPEDIA 10016
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAS DE ALENÇAR



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 0000/0017 11:00:01
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/Consulta/documento/view.seam?x=1700614484065000000:3054716>
Número do documento: 170061448406500000023054716

Num. 23320293 - Pág. 0



SINISTRO 3170377778 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO GENTE SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

CPF/CNPJ 09342552455

Posição em 03-08-2017 08:52:17

Pagamento liberado pela Seguradora Lider DPVAT.

Valor: R\$ 945,00

O prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data de liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
04/08/2017	R\$ 945,00	R\$ 0,00	R\$ 945,00



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 0000/0017 11:00:00
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=170061449000770000003054743>
Número do documento: 170061449000770000003054743

Num. 23320320 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 21



Tribuna de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

Seção Bda 2ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RCDOLFO AURELIANO, ILHA JOANABEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50060-600 - P. (1)

Processo nº 1045366-15.2017.1.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

REV: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A.

DECISÃO

Invalimento, ante a permissão do art. 38 do Novo Código de Processo Civil, define o benefício da gratuidade da justiça, sem prejuízo da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência (NCPC, art. 98, § 2º), bem como sem afastar o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas (NCPC, art. 30, § 4º).

No caso em comento em que se pretende a cobrança de valor referente à complementação do seguro obrigatório (DPVAT), entendendo ser necessário determinar a produção de prova pericial (art. 370, caput, NCPC), indispensável para o deslinde do litígio, por conseguinte, deixo de designar a audiência inicial de conciliação (o art. 334 do NCPC).

Assim, **NOMEIO** para realização da prova pericial o médico **PAULO FERNANDO BEZERRA DE MEIREZES RILHO**, CRM-PE 16.868, CPF 009.226.694-06, com endereço situado à Rua General Joaquim Irácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha de Leite, Recife/PE, CEP: 50070-270, para, **independentemente de compromisso**, atuar no presente procedimento como perito oficial, objetivando a realização de perícia médica para verificação e identificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico na fantasia à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74.

Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito(s), querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem as questões, como dispõe o art. 106, § 1º, do NCPC.

Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor do(s) perito(s) que suscreverem) o laudo pericial, valor este a ser custeado pela(s) seguradora(s) em razão do compromisso firmado perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos termos do Convenio nº 014/2017, como se pode extrair da publicação do respectivo extrato no DJe nº 662017, de 06 de abril de 2017.

Intime(m)-se a(s) seguradora(s) para que efetue(n), no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor acima indicado, mediante depósito judicial junto à Caixa Econômica Federal, devendo acostar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD.

Conforme da informação pelo perito, ficam as partes cientes de que a perícia será realizada no **dia 28 de fevereiro de 2017, a partir das 08:00 horas até as 10:00 horas**, por ordem de chegada, na Rua General Joaquim Irácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha de Leite, Recife/PE, CEP: 50070-270.

Intime-se a parte autora, por carta com aviso de recebimento, para que compareça no dia, hora e local acima informado a fim de submeter-se a perícia médica, com documentos pessoais e exames anteriores, caso possua, cientificando que sua ausência resultará na extinção do processo CCM resolução do mérito.

Caso entenda necessário, multique(m)-se a quem de direito para fornecer os elementos necessários à elaboração do laudo por parte do referido especialista.

O(s) laudo(s) deverá(ão) ser apresentado(s) dentro do prazo de 30 (trinta) dias digitais ou em letra de forma (Resolução 1601/2000, CFM, art. 39 e Código de Ética Médica, 3º Capítulo, art. 11), a contar da data indicada para início dos trabalhos.

Com a juntada aos autos do laudo pericial e depositados os honorários periciais, libere-se o alvará para o perito. Caso não tenha havido o pagamento, voltem-se conclusos, certificando-se.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 02/01/2018 18:03:28

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1802184221100000000660780>

Número do documento: 1801021842151000000026580780

Núm. 20007773 - Pág. 1



Recibo, 02 de janeiro de 2010.

Rafael de Menezes
JUIZ OS LITRADO



Assinado eletronicamente por: RAFAEL JOSÉ DE MENEZES 02/01/2010 16:10:21
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/Consulta/documentos/listView.seam?x=18002184221100000000660780>
Número do documento: 1801021842151000000026580780

Num. 24007773 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 23

Sessão B da 25ª Vara Cível da Capital

Processo nº 004630016.2017.4.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A.

RECIFE, 3 de janeiro de 2018.

CARTA DE INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRC, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Através da presente, fica V. Sr. INTIMADO(A) do teor do(a) DECISÃO, proferido(a) na ação em epígrafe que tramita perante o Juízo acima indicado, cuja cópia segue em anexo como parte(a) integrante do feito.

Decisão, em parte: "[...] Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 460, §1º, do NCPC. Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor do(s) perito(s) que subscrever(em) o laudo pericial, valor este a ser custeado pela(s) seguradora(s) em razão do compromisso firmado perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos termos do Convênio nº 014/2017, como se pode extrair da publicação do respectivo extrato no DJe nº 66/2017, de 06 de abril de 2017. Intime(n)-se a(s) seguradora(s) para que efetue(m), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor acima indicado, mediante depósito judicial junto à Caixa Econômica Federal, devendo acostar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD. [...]"

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tje.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser consultadas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tje.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR

Dietoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tje.jus.br - PJe-Processo Judicial Eletrônico - Consulta Documento (<https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>), utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Assinado eletronicamente por: MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR - 09/01/2018 11:10:09
<https://pje.tje.jus.br/443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1801031843008900000066622900>
Número do documento: 1801031843008900000066622900

Num. 23524071 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br/443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital

Processo nº 004630016.2017.4.17.0001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO PRIVAT
S.A.

RECIFE, 3 de janeiro de 2018.

CARTA DE INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Endereço: AV. MARQUÊS DE CUNHA, 175 - RECIFE - RECIFE - PE - CEP: 51030-000

Através da presente, fica V. Sz. INTIMADO(A) de teor do(a) /DECISÃO, proferido(a) na ação em epígrafe que tramita perante o Juízo acima indicado, cuja cópia segue em anexo como parte(a) integrante(a) do feito.

Decisão, em parte: "[...] Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 400, §1º, do NCPC. Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor do(s) perito(s) que subscrever(em) o laudo pericial, valor este a ser custeado pela(s) seguradora(s) em razão do compromisso firmado perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos termos do Convênio nº 014/2017, como se pode extrair da publicação do respectivo extrato no DJe nº 66/2017, de 06 de abril de 2017. Intime(n)-se a(s) seguradora(s) para que efetue(m), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor acima indicado, mediante depósito judicial junto à Caixa Econômica Federal, devendo acostar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD. [...]"

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado, poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tje.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser consultadas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tje.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR

Dietoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tje.jus.br - PJe-Processo Judicial Eletrônico - Consulta Documento (<https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>), utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Assinado eletronicamente por: MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR - 09/01/2018 11:10:01
<https://pje.tje.jus.br/443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1801031843000200000066622900>
Número do documento: 1801031843000200000066622900

Núm. 29324072 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br/443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital

Processo nº 004630016.2017.4.17.2001

AUTOR: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Seção B da 2ª Vara Cível da Capital, fica(n) a(s) parte(s) intimada(s) de inteiro teor da Decisão de ID: 26887779, conforme segue transcrito abaixo:

** Inicialmente, ante o permissivo do art. 98 do Novo Código de Processo Civil, deixo o benefício de gratuidade da justiça sem prejuízo da responsabilização pelas despesas processuais e pelas honorárias advocatícias decorrentes da sucumbência (NCPC, art. 98, § 2º) bem como sem afastar o dever de o beneficiário pagar, ao inal, as multas processuais que lhe sejam impostas (NCPC, art. 98, § 4º). No caso em comento, em que se pretende a cobrança de valor referente à complementação da seguro obrigatório (DPVAT), entendo ser necessário determinar a produção da prova pericial (art. 37, caput, NCPC), indispensável para o deslinde do feito, por conseguinte, deixo de designar a audiência inicial de conciliação do art. 334 do NCPC. Assim, NOMEIO para realização da prova pericial o médico PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE 16666, CPF: 008.221.634-06, com endereço situado a Rua General Joaquim Inácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife/PE CEP: 50070-270, para, independentemente de compromisso, atuar no presente procedimento como perito oficial, objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei nº 6.194/74. Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do NCPC. Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos reais) em favor do(s) parte(s) que subscrever(em) o laudo pericial, valor este a ser revertido para o(s) segurador(es), em razão do compromisso firmado perante a Tribunal de Justiça do Pernambuco, nos termos do Convênio nº 014/2017, como se pode extrair da publicação do respectivo extrato no DJe nº 662017, de 06 de abril de 2017. Intime(n)-se a(s) seguradora(s) para que efetue(m), no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor acima indicado, mediante depósito judicial junto à Caixa Econômica Federal, devendo acostar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de bloqueio de valores via BACEN/JUD. Conforme da a informada pelo perito, ficam as partes cientes de que a perícia será realizada no dia 28 de fevereiro de 2018, a partir das 08:00 horas até as 10:00 horas por ordem de chegada, na Rua General Joaquim Inácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP 50070-270. Intime-se a parte autora, por carta com aviso de recebimento, para que compareça no dia, hora e local acima informado a fim de submeter-se a perícia médica, com documentos pessoais e exames anteriores, caso possua, cientificando que sua ausência resultará na extinção do processo COM resolução do mérito. Caso entenda necessário, notifique(m)-se a quem de direito para fornecer os elementos necessários à elaboração do laudo por parte do referido especialista. O(s) laudo(s) deverá(ão) ser apresentado(s) dentro do prazo de 30 (trinta) dias, digitado ou em letra de forma (Resolução 1601/2000, CFM, art. 39 e Código de Ética Médica, 2º Capítulo, art. 11), a contar da data indicada para início dos trabalhos. Com a juntada aos autos do laudo pericial a despesa com os honorários periciais, libera-se o crédito para o perito. Caso não tenha havido o pagamento voltem-na concluso, certificando-se Recife, 02 de janeiro de 2018. Rafael de Menezes Jur. de Direito. **

RECIFE, 3 de janeiro de 2018.

MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR
Diretora Cível do 1º Grau



Assinado eletronicamente por: MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR 09/01/2018 11:10:04
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=180031843015000000066622900>
Número do documento: 18010318430115000000066622900

Núm. 23924073 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Núm. 67924273 - Pág. 26

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE PE.

Ref. Processo nº 0045366-35.2017.8.11.2001 - Seção 8

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, sociedade seguradora de capital privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.054.826/0001-92, com endereço na Avenida Marques de Olinda, 175 – Recife Antigo – Recife e SEGURO LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Serador Pintas, 74 5º andar, Centro, Recife, Pernambuco, nos autos da AÇÃO DE INDENIZAÇÃO que lhe move RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, respeitosamente a presença de V.Exa., apresentar sua

CONTESTAÇÃO

com fulcro nos artigos 335 e seguintes do CPC e demais disposições legais pertinentes à espécie, pelas razões de fato e de direito a seguir articuladas.

DOS FATOS

Alega a autora ser beneficiária do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico causado por veículo identificado, ocorrido em 2.09.2016, no qual sofreu lesões, acreditando fazer jus ao recebimento junto a Seguradora - Ré, de indenização por invalidez permanente de acordo com o previsto em lei.

Para tanto, ingressou com a presente demanda objetivando o recebimento da suposta verba indenizatória, com juros de mora e correção monetária, além do pagamento das custas e honorários advocatícios.

PRELIMINARMENTE

DA IMPRESCINDÍVEL PETIÇÃO DO PÓLO PASSIVO

Inicialmente, incube salientar que deve constar no pólo passivo da presente demanda a SEGURO LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ sob o número 09.248.608/0001-04.

Conforme prevê o artigo 5º da resolução do CNSP nº. 154 de 2006, as sociedades



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 20/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.pe.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022154353680000007052825>
Número do documento: 1801221543534560000027052825

Num. 27022113 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.pe.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 27

seguradoras que operam no seguro DPVAT devem aderir a dois consórcios específicos, com entidade líder, nos termos do parágrafo 3º do mesmo dispositivo legal.

Além disto o artigo 1º da portaria nº. 2797/2007 da SUSEP concede autorização à SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A ratificando, no artigo 2º, sua função de entidade líder dos consórcios, sendo certo que ela deve representar as seguradoras do consórcio.

Para que não haja quaisquer dúvidas acerca da necessidade de inclusão da Seguradora Líder no polo passivo e exclusão da ré, basta observar o disposto no parágrafo 8º do mesmo artigo 5º da resolução em comento. Confira-se:

Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.

Diante disto, considerando que a presente demanda versa sobre o pagamento de indenização relativa ao seguro DPVAT, é evidente que se faz necessária a retificação do polo passivo da demanda, para que passe a constar a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, situada na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º. andar, Centro, Cep.: 20031-205 Rio de Janeiro/RJ.

**DA IMPRESCINDÍVEL OITIVA DO AUTOR EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E
JULGAMENTO E A
REALIZAÇÃO DO EXAME MÉDICO PERICIAL**

Inicialmente, a peticionante pugna pelo agendamento da Audiência de Instrução e Julgamento, a fim de que seja a parte demandante ouvida para os devidos esclarecimentos, tais como: data, local e dinâmica do sinistro, características do veículo causador do acidente, confirmação da legitimidade e se houve ou não acionamento administrativo, assim como o seu resultado sem ou com pagamento da indenização e o respectivo valor.

Recolto os que o objeto desta demanda se enquadra perfeitamente no que disciplinam os artigos 357, inciso V, 358 e 361, todos do Código de Processo Civil, requerendo, portanto, o agendamento da AIJ.

Art 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:
V - designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.

Art 358. No dia e na hora designados, o juiz declarará aberta a audiência de instrução e julgamento e mandará comparecer as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dele devam participar.

Art 361. As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:
II - o autor e, em seguida, o réu que prestarão depoimentos pessoais;

Tuco sem prejuízo de outros questionamentos e produção de provas que Vossa Excelência entenda necessária para a comprovação do fato, da lesão alegada e o nexo de causalidade, além dos demais esclarecimentos definitivos à adequada defesa e regular condução do processo.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 27382113 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 28

Soma-se a isso, a necessidade de determinar o Exame Médico Pericial, a fim de que se apure a lesão e a sua quantificação, nos termos da Lei nº 6.104/74 e as suas reformas.

Art 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do fato decorrente, independentemente da existência de culpa, seja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais

É imperativo, ainda, que o ilustre julgador observe atentamente a comprovação do nexo causal entre a invalidez do autor e o suposto acidente automobilístico notificado, a fim de aferir verossimilhança ao pleito autoral, além de oportunizar à contestante o mais amplo e irrestrito devido processo legal, com a ampla defesa e o contraditório, nos termos do artigo 5º incisos LIV, LV, da CF/88.

Art. 5º.

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Porquanto, somente através do Bdetim de Ocorrência expedido por autoridade policial competente, narrando minuciosamente o ocorrido, bem como a comprovação da lesão e a sua extensão, através de Laudo Oficial do IML, será possível estabelecer o elo entre a alegada invalidez eo acidente automobilístico.

Por fim, faz-se necessário, igualmente, deixar claro a obediência aos Princípios Constitucionais da Razoabilidade e da Proporcionalidade nos eventuais pagamentos das indenizações do Seguro DPVAT, quando se tratar de invalidez permanente.

DOMÉRITO

DA PLENA VALIDADE DA QUITAÇÃO OUTORGADA

Conforme confessado, a autora já recebeu a quantia de **R\$ 945,00 (NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS)**, a título de indenização de seguro obrigatório DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico ocorrido em **12.09.2016**.

Como se vê, a requerente outorgou quitação à Seguradora dando plena, usa, geral e irrevogável quitação, para mas nada reclamar, seja a que título for, com fundamento no sinistro objeto da lide.

De fato, ao receber o valor apurado e determinado em perícia realizada em processo administrativo, o autor firmou a autorização de pagamento e outorgou quitação.

Como em nenhum momento a autora requereu a desconstituição da quitação por ele outorgada e sequer pretendeu rescindir o pagamento ou questionar a validade da quitação.

E não o fez porque, para assim pretender e requerer precisaria provar que o negócio



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022154353680000007052825>
Número do documento: 18012215435345600000027052825

Núm. 27052825 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 29

jurídico seja anulável, por estar maculado com um dos vícios elencados no inciso II do art. 171 do novo Código Civil, que praticamente repete os termos do inciso II do art. 147 do Código Civil de 1916, com esta redação:

“É anulável o ato jurídico:
II - Por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude”.

A inicial comprova que a autora não fez qualquer pedido no sentido de desconstituir a quitação. O objeto da lide é tão somente a condenação da Ré na alegada diferença.

Assim, tendo recebido, sem ressalvas, a indenização devida e cabível e não tendo pleiteado a desconstituição da quitação juridicamente perfeita outorgada, falece ao Requerente o direito de requerer a alegada diferença, porque a quitação tem a finalidade imediata e precípua de desonerar o devedor de toda e qualquer responsabilidade acerca da obrigação quitada.

Como não houve alegação e comprovação de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude e como a autora em momento algum ataca a autenticidade da autorização de pagamento firmada, esta por si só exaure qualquer outra pretensão complementar.

Assim também entende o legislador, na conformidade do que dispõe o Novo Código Civil Brasileiro no parágrafo único do artigo 320:

“Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo, valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.”

Em dúvida, ante a quitação efetuada, não há mais relação jurídica alguma entre as partes, pois não é lícito discutir crédito quitado, sob pena de se ferir ato jurídico perfeito.

As ementas a seguir transcritas, referentes a julgados oriundos de Tribunais de regiões diversas do País e também do E. Superior Tribunal de Justiça consagram o entendimento acima exposto:

“DPVAT. COBRANÇA DE DIFERENÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO AO DIREITO. IMPROCEDÊNCIA QUE SE MANTÉM. Confessando a autora já haver recebido, há cerca de 9 anos, a indenização (DPVAT) em decorrência de morte accidental de filho, para o pedido de complementação deve comprovar o seu direito, pena de improcedência do pedido, pois, a prescrição é a de que a quitação seja completa e definitiva.” (TACMG. Apelação Cível nº 382.799-0, 5ª Câmara Civil, Rel. Juiz Francisco Kupitowski, J. 6/02/2003).

“Execução Título Judicial. Arguição de pré-executividade acolhida. Indenização paga integralmente. O recebimento de indenização, e a outorga de recibo de quitação de sinistro – DPVAT, diretamente da seguradora, dando-se o credor por satisfeito de quanto competia receber, com plena rasa e irrevogável quitação de todas as ações e direitos, impõe o encerramento do caso. Recurso improvido.” (TJRJ. Apelação Cível nº 2000.001.03909, – 1ª Câmara Civil, Rel. Des. Mauro Nogueira, J. 23/01/2001, Registrado em 1º/03/2001).

“Quitação dada pelo credor. Ausência de ressalva. Presunção de que quitado integralmente o débito”. (STJ. RESP nº 37.475-8-SP (93.0021596-5, 3ª Turma, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, J. 28/11/1995, in DJ. 7/02/1994).



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022154353680000007052825>
Número do documento: 18012215435345600000027052825

Núm. 27052825 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Núm. 67924273 - Pág. 30

Desse modo, resta comprovada na lei, na doutrina e na jurisprudência a improcedência da presente demanda, com a condenação da autora nas verbas custas processuais.

**AUSÊNCIA DE LAUDO QUE ATESTE A INVALIDEZ
EM GRAU SUPERIOR AO QUE FOI APURADO E PAGO EM SEDE ADMINISTRATIVA –
IMPUGNAÇÃO AO LAUDO ANEXADO**

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na inicial, que a parte autora, pretende ser indenizada, através do seguro DPVAT, por invalidez resultante de um acidente automobilístico.

Contudo, conforme esclarecido, não juntou qualquer documento que pudesse atestar o GRAU da suposta lesão nem o seu caráter permanente, em percentual superior ao que foi apurado e pago pela seguradora.

Com efeito, para que o pleito pudesse prosperar, indispensável se torna a apresentação de documentos oficiais que atestem A EXISTÊNCIA DE LESÃO DE CARÁTER PERMANENTE, com o grau da limitação sofrida, no caso o laudo do Instituto Médico Legal, atestando, para todos os fins, que realmente houve seqüela de caráter permanente, e o grau de comprometimento do órgão ou membro afetado.

Nesse diapasão tem-se que o artigo 5º, parágrafo 5º, da Lei 8.441/92, diz, *in verbis*:

§5º - O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças."

Senão certo que é ÔNUS DA PARTE AUTORA PROVAR QUE A INVALIDEZ FOI DE TAL GRAVIDADE, QUE REMETA A PAGAMENTO SUPERIOR AO QUE EFETIVAMENTE FOI PAGO PELA SEGURADORA.

Desse forma, observamos que a indenização a que a vítima tem direito já foi integralmente liquidada na via administrativa.

Assim como não consta nenhum laudo oficial do IMI, que ateste grau diferente do correspondente ao pago em sede administrativa pela Seguradora, requer a extinção do processo, com resolução de mérito, de acordo com inciso I do Artigo 487 do Código de Processo Civil.

VALOR DA INDENIZAÇÃO
MEDIDAS PROVISÓRIAS 340/2006 E 451/2008 CONVERTIDA NAS LEIS Nº.
11.192/2007 E 11.941/2009

A autora noticia sinistro envolvendo veículo automotor ocorrido em via terrestre no dia 12.09.2016.

Assim, tendo o sinistro acontecido no ano de 2016, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente as alterações ocorridas na Lei nº. 6.194/74 trazidas



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022154353680000007052825>
Número do documento: 180221543534560000027052825

Núm. 27052113 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 31

pelas Leis nº. 11432/2007 e nº. 11945/2009.

Ressaltamos que o artigo 3º. da Lei nº. 6.194/74 foi alterado pelas leis acima citadas, vejamos o novo texto do artigo 3º. e seu inciso II que trata do valor máximo indenizável no caso de invalidez comprovadamente permanente:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima de:

I - (...)

II - ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - (...)" (grifos nossos)

Grifamos a palavra "ATÉ" pois sua observância é fundamental, já que a indenização por invalidez pode variar dependendo do grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em valor corporal, este sim indenizável.

Vejamos a nova redação do § 1º do artigo 3º., conferida pela MP 451/2006, convertida posteriormente na Lei nº. 11945/2009:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatómicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, subtraindo-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Ressaltamos que a verificação da perda funcional do membro lesado, somente é possível após restar caracterizado que não há chance de melhora por qualquer forma de terapia relacionada ao caso concreto, o que deve ser definido documentalmente por perito do IML.

Tal exame também está previsto na mesma Lei, no parágrafo 5º do artigo 5º.:

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 20/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022154353680000007052825>
Número do documento: 18012215435345600000027052825

Num. 27082113 - Pág. 0



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 32

As determinações impostas pela MP 451/2008, convertida na Lei 11.405/2008, confirmaram o entendimento já predominante nos Tribunais de Justiça, inclusive no E. STJ.

No caso em tela, a lesão apresentada pela autora, de acordo com a TABELA DE INVALIDEZ é correspondente ao grau de redução funcional parcial, motivo pelo qual o valor da indenização pago foi de **R\$ 945,00 correspondente ao grau da lesão sofrida pela vítima, conforme perícia realizada durante processo regulatório para pagamento administrativo.**

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA aprovou o seguinte enunciado de súmula:
DPVAT

O seguro DPVAT é objeto da Súmula 474: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Como se vê, a norma lei nada mais fez do que privilegiar o Princípio Constitucional da Proporcionalidade que permeia todo o nosso ordenamento jurídico, no sentido de verificar caso a caso, a gravidade das lesões sofridas, ***"tratando desigualmente os seguros, a medida que se desigulam"***, pois não seria razoável, fixar um só valor invariável, para cobrir lesões diversas, pois senão, aquele que fraturasse um dedo médio, alcançaria a mesma indenização daquele que viesse a amputar ambos os membros inferiores, por exemplo.

No caso concreto a requerente não careceu aos autos laudo do INL quantificando as lesões decorrentes permanentes em grau superior ao verificado na via administrativa. Portanto, deve o feito ser extinto com resolução de mérito.

DA CORREÇÃO MONETÁRIA – CONTAGEM INICIAL E CÁLCULO

A incidência da correção monetária nos débitos decorrentes de decisão judicial foi instituída pela Lei nº 6.899, de 08.04.81, cujo artigo 1º estabelece:

"A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial inclusive sobre custas e honorários advocatícios.

§ 1º Nas execuções de títulos de dívida líquida e certa a correção será calculada a contar do respectivo vencimento.

§ 2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação".

O artigo 2º da lei determinou que o Poder Executivo regulamentasse, em sessenta dias, a forma para o cálculo da correção monetária.

O Poder Executivo cumpriu o que lhe fora determinado editando o Decreto nº 86.640, de 25 de novembro de 1981. O artigo 1º desse decreto e seu parágrafo único dispõem:

"Ar. 1º Quando se tratar de dívida líquida e certa, a correção monetária a que se refere o ar. 1º da Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, será calculada multiplicando-se o valor do débito pelo coeficiente obtido mediante a divisão do valor nominal reajustado de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) nomê em que se efetivar o pagamento (dividendo) pelo valor da ORTN no mês do vencimento do título (divisor), com abandono dos algarismos a partir da quinta casa decimal, inclusive.

Parágrafo único. Nos demais casos, o divisor será o valor da ORTN no mês do ajuizamento da ação".



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 20/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022154353680000007052825>
Número do documento: 1802215435345600000027052825

Núm. 27382113 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 33

A relação supra permite elaborar a seguinte tabela:

NATUREZA DO DÉBITO	DIVIDENDO	DIVISOR
Título de dívida líquida e certa	Valor nominal da ORIN no mês do pagamento	Valor nominal do ORIN no mês do vencimento
Demais casos	Valor nominal da ORIN no mês do pagamento	Valor nominal do ORIN no mês do ajuizamento da ação

Débito de natureza líquida e certa é aquele que decorre de título com liquidez, certeza e exigibilidade, a teor do art 783 do Código de Processo Civil, assim:

"A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível."

Por sua vez, o art. 784 do codex instrumentalis elenca, nos seus XII incisos, o que deve ser considerado título executivo extrajudicial e entre eles não se encontra o seguro DPVAT. E não se encontra porque, no seguro DPVAT, o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado "regulação de sinistro", que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório.

O seguro obrigatório DPVAT não se traduz em crédito previamente líquido e certo, incondicionado, posto que suscetível de muitas variantes e controvérsas que no que concerne à sua própria cobertura, quer ao nexo causa com o acidente de trânsito, legitimidade do beneficiário do seguro, *quantum* indenizável etc. O seguro DPVAT não reúne os matizes da liquidez, certeza e exigibilidade, imprescindíveis ao título executivo extrajudicial.

É inquestionável, portanto, que a correção monetária, na ação relativa ao seguro DPVAT, inclui-se **NOS DEMAIS CASOS** previstos na Lei nº 6.899/81, devendo o seu cálculo levar em consideração, como **DIVISOR**, o índice de atualização vigente **NO MÊS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO**.

Qualquer decisão que conduza a coeficiente que leve em consideração outro **DIVISOR** representa uma afronta direta à Lei nº 6.899/81 e ao Decreto nº 86.645/81, que a regulamentou.

JUROS MORATÓRIOS – CABÍVEIS APENAS A PARTIR DA CITAÇÃO

Sendo a **Mora** o ato de tardar, deongar a execução ou o cumprimento de uma obrigação no momento convencional, e considerando, por sua vez, que **Juros** são a remuneração do capital ou a retribuição que o credor recebe do devedor pela **demora** no pagamento do que é devido àquele, tem-se, assim, que **juros de mora** compreendem a sanção que o devedor inadimplente deve suportar pelo não pagamento tempestivo da sua dívida.

O devedor, porém só se torna inadimplente a partir do instante em que deixou de pagar o que devia. Antes disso, não há mora. For conseguinte, juros não são devidos.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 20/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022154353680000007052825>
 Número do documento: 18012215435345600000027052825

Num. 27052825 - Pág. 0



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
 Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 34

A mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Código Civil, art. 396). Apenas nos casos em que a obrigação decorra de ato lícito, a mora incide desde a prática do ato (Código Civil, art. 393).

É significativo observar que os artigos acima mencionados, integrantes do Código Civil de 2002, praticamente repetem a redação do Código de 1916 senão que alguns artigos conservam integralmente a redação anterior (v.g., 396/963, 397/960). Isto importa em concluir que, neste ponto, a *mens legislatoris* de 1916 se manteve inalterada, e que constitui inabalável razão para ser respeitada.

O seguro DPVAT materializa-se por meio de um contrato *sui generis*, mas sempre um contrato. Sendo, como é, um contrato de seguro, não foge à índole eminentemente indenizatória que o caracteriza, nos exatos termos dos artigos 757 e 781 do Código Civil, de vez que o *interesse legítimo* do segurado não pode ser superior aos seus *reais prejuízos* e a indenização não pode ultrapassar o valor desse interesse. Outra não era a regra estampada no artigo 1.432 do Código Civil de 1916.

A responsabilidade que decorre desse pacto para ambas as partes É CONTRATUAL E NÃO EXTRA CONTRATUAL.

A obrigação que flui do contrato de seguro, qualquer que seja ele, inclusive o DPVAT, não é líquida e certa, de vez que o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado “*regulação do sinistro*”, que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório. Sea obrigação fosse líquida, certa e exigível, a cobrança do seguro DPVAT seria executiva. No entanto, o art. 10 da Lei n.º 5.104 prevê o procedimento sumaríssimo (atual, sumário) nas ações respectivas.

É óbvio que a seguradora só sabe que ocorreu um sinistro capaz de gerar obrigação de indenizar se o interessado, beneficiário ou segurado, apresentar reclamação administrativa ou acioná-la judicialmente.

Portanto, é antijurídica a contagem de juros a partir do sinistro ou do pagamento efetuado em sede administrativa, porque a transação em si não significa a prática de qualquer delito de parte do segurado, a única situação em que a mora incide desde a prática do ato (Cód. Civil, art. 396). E a mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Cód. Civil, art. 396).

Nas ações judiciais, o Código Civil é taxativo ao estabelecer: “*Contam-se os juros de mora desde a citação inicial*” (art. 405).

Esse tema foi pacificado através da Súmula n.º 426 do STJ:

“Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

Portanto, os juros são devidos a partir da citação, conforme determina a lei.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Tenho em vista o baixo grau de complexidade do feito, sua natureza, o local onde tramita e a celeridade da demanda, em caso de condenação, e que se admira apenas por argumentar, requer sejam fixados os honorários advocatícios no mínimo legal de 10%, conforme dispõe o artigo 85, § 2º, do CPC.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR 20/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022154353680000007052825>
Número do documento: 180221543534560000027052825

Num. 27052825 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 35

Convido, se isto não ocorrer, o autor beneficiário de assistência judiciária gratuita a requer que seja respeitado o limite de 15% estabelecido pelo art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, que determina:

"Art. 11. Os honorários dos advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença." (artigo nosso)

Neste sentido, já se pronunciou nossa jurisprudência:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO – 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda que considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial correto e provido. (STJ – REsp – 29.716 – MG – 3ª T. – Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.10.2001 – p. 00211)

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS AJOZ VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 – PREQUESTIONAMENTO – Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Atenta ao art. 11, § 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS – EDcl 70005256284 – 9ª C.Cív. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sasseverino – J. 27.11.2002)

Assim, requer que, havendo condenação ao pagamento de honorários advocatícios que seja arbitrada no mínimo legal (10%) e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

CONCLUSÃO

Inicialmente, requer a retificação do polo passivo da demanda, para que passe a constar a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DE VAT SA.**

Ante tudo o quanto foi exposto, que seja julgado improcedente o pleito autoral, com base no artigo 487, I do CPC, em razão da perda do objeto, tendo em vista o pagamento integral da indenização somado ao fato de não haver comprovação nos autos de que há invalidez em grau superior ao verificado em sede administrativa pela Seguradora.

Caso este não seja o entendimento de Vossa Excelência, que sejam aendidas as questões suscitadas inicialmente, especialmente, a oitiva do autor para esclarecimentos dos fatos alegados e a realização de exame médico pericial minucioso, como determina a Lei.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022154353680000007052825>
Número do documento: 18012215435345600000027052825

Núm. 27052113 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 36

Para tanto, requer a ré a juntada do rol de quesitos a serem respondidos pelos peritos, assegurando, na oportunidade, que os honorários periciais fiquem a cargo da parte autora.

Requer sejam observadas as alterações trazidas pelas Medidas Provisórias nº 340/2006 e 451/2006, mantidas pelas Leis 11.462/2007 e 11.943/2009, tanto no valor máximo indenizatório fixado quanto pelo que prevê que a invalidez é parcial ou total.

Protestando provar o exposto pelo DEPOIMENTO PESSOAL DA AUTORA, sob pena de confissão a fim deseja confirmado se recebeu a indenização por livre e espontânea vontade sem coação ou qualquer vício, bem como de prova testemunhal e juntada de documentos suplementares.

Por fim, vem, requerer a inclusão do nome da advogada MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS, OAB/PE sob o nº 29.559, na capa dos autos a fim de que a mesma seja intimada e notificada de todos os atos judiciais que se fizerem ajuizar, sob pena de nulidade nos termos do Arts. 272 e seguinte do CPC.

Nestes Termos,
Pede deferimento

Recife, 19 de janeiro de 2018.

MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS
OAB/PE sob o nº 29.559

QUESITOS

- 1 - Queira o Dr. Perito esclarecer qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado.
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se existe nexo causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no autor.
- 3 - Queira o Dr. Perito esclarecer se a lesão sofrida pelo periciado é de modo a deixar sequelas que resultem na sua invalidez permanente.
- 4 - Queira o Dr. Perito esclarecer se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram esionados em função de acidente automobilístico ou outras causas.
- 5 - Queira o Dr. Perito esclarecer se a perda ou diminuição de função de algum órgão do periciado é de caráter temporário ou definitivo; e em que percentual este órgão está lesionado.
- 6 - Queira o Dr. Perito esclarecer tudo o que mais julgar necessário.



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 20/01/2018 10:10
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18022154353680000007052825>
Número do documento: 180221543534560000027052825

Núm. 27392113 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 37

ANEXO

(art 3º da Lei nº 164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	100
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	100
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa de controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	100
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	60
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou do polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto a sacral	25
Perda integral (retrada cirúrgica) do baço	10



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=18022154353680000007052825>
 Número do documento: 1801221543534560000027052825

Núm. 27052113 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/Consulta/documento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
 Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 38

Dir. da Insur, 14 de julho de 2017

Carta n°: 11109472

A/:: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DASILVA

Sinistro/Aviso Sinistro LIDER: 313037717R ASI-1261861/17
Vítima: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Data Acidente: 12/09/2016
Natureza: INVALIDIZ
Preturador: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

Re: AMIGO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a)

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo acesse o site www.seguradoralider.com.br ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Diz as informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e reiniciado a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 1.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAME, e, para Natureza de Invalidiz, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, não pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à GENTE SEGURADORA S/A onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Capitão de LIDER-DEMAT



Assinado eletronicamente por: MENDILIA FLORENTINA RODRIGUES DE SANTOS - 08/09/2016 16:10:10
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=180221541120380000007052652>
Número do documento: 180221541120380000007052652

Num. 27382141 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 39



Rio de Janeiro, 19 de Julho de 2017

Carta n: 11332831

A/C: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

Evento: 257077770 AE 0363851A7
Vítima: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Data Acidente: 12/09/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: ROSANA LIGIA FERNANDIS DANTAS

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhora(a),

Em relação ao sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações necessárias.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer e imediatamente para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Para obter o código de barras, acesse o site www.seguradoralider.com.br



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 27382141 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032861500000066622900>
Número do documento: 20091418032861500000066622900

Num. 67924273 - Pág. 40



Número: **0032938-16.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **23/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (AUTOR)		ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)			
CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67924 275	14/09/2020 18:03	ANEXO 5	Outros (Documento)

Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 2017

Carta n°: 11459696

A/C: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

Sinistro: 3170377778 ASL-0261861/17
Vítima: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Data Acidente: 12/09/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

Valor: R\$ 945,00

Banco: 104

Agência: 000003122

Conta: 0000033290-2

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	945,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros superiores 70%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalides Permanente DPVAT (10% de 70%) 7,00%

Valor a indenizar: 7,00% x 13.500,00 =	R\$	945,00
--	-----	--------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalides Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag 0146001470 - carta_15R

000-30-7112



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 1

Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regido por sigilo

Sinistro: 317037778 - 1
 Nome do(a) Examinado(a): RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
 Endereço do(a) Examinado(a): R. ORIENTA E NOVE Nº 66 - CAETES I - ARREU E LIMAPE
 Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 7408803 - SSP
 Data local do exame: 02/08/2017 RECIFE/PE

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

LUXAÇÃO DE COTOVELO COM FRATURA DA CABEÇA DE RÁDIO ESQUERDO

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

REDUÇÃO DE FRATURA E LUXAÇÃO COM IMOBILIZAÇÃO COM TALA AXILO PALMAR, REALIZOU FISIOTERAPIA E TEVE ALTA MÉDICA. APRESENTA LIMITAÇÃO DISCRETA DE SUPINAÇÃO DE ANTEBRAÇO ESQUERDO PASSIVA E ATIVA.

III. Existe sequela (lesão deficiente irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

Existindo sequelas (lesão deficiente irreversível) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatómicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

DÉFICIT FUNCIONAL RESIDUAL DE MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

IV. Segundo o previsto no inciso II, nº1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 3º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(").

☐ Vítima em tratamento

☐ Sem sequelas permanentes

Esta avaliação médica deve ser repetida em _____ dias

Não existem lesões diretamente decorrentes do acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

☒ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(").

☐ Total = "100% de IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

MANTIDO ENQUADRAMENTO DO MÉDICO EXAMINADOR -

Local e data de realização do exame médico legal:

PE - RECIFE, 02/08/2017

Médico Perito: FÁBIO SELERI FERNANDES CRM:52.6302-7 RJ

Fábio S. Fernandes
 Medicina Interna
 CRM 52.6302-7

Assinatura do perito Examinador - CRM



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
 Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2009141803287930000006622902>
 Número do documento: 2009141803287930000006622902

Num. 67924275 - Pág. 2



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT



Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

PORTADOR(A) DO RG Nº 7.409.803 EXPEDIDO POR SDS-PE EM 06/10/14 E

CPF 01934255214-55 / CNPJ 00000000-0000-00, PROFISSÃO VENDEDOR

E RENDA MENSAL DE R\$ 800,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA AUTORIZO A SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 3122 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 33 290-2

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE, UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Antônio e Luísa D. de Jesus 2014
LOCAL E DATA

Rodrigo Martins C. da Silva
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago aos legítimos beneficiários, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0321204.



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 3

CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A470 | #20 | AUTO ATENDIMENTO | 29/06/2017

>>E/ EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO, INFORME AS DATA | EXTRATO DE POUPANCA

AG: 3122 ABREU E LIMA OPER: 013 CONTA: 33.290-2 PAG: 001
PERIODO: 01062017 ATE: 29062017 CPF: 093.425.524-55
NOME: RODRIGO MARTINS C DA SILV VLR.BLQ.JUD. :

DATA MOV	NR.DOC HISTORICO	TAXA	VALOR	SALDO
20/06/2017	000000 DE DINH AG	0,00000000		

F1 AJUDA F3 RETORNAR F4 SALDO POR DATA LIMITE F6 EXTRATO ANTERIOR F7 VOLTAR PAG. F8 AVANCAR PAG. F12 FINALIZAR

[Handwritten signature]

IGOR BUREGIO MARANHÃO
Gerente de Atendimento Gov Social E E
Matr: 127.259-7
Ag. Abreu e Lima/PE
CAIXA ECONOMICA FEDERAL



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 4

DECLARAÇÃO

Eu, RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA,
Portador (a) do RG nº 7.409.803, e do CPF nº 093.425.524-55,
DECLARO, Para os devidos fins, junto a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO
SEGURO DPVAT S/A, que estive presente na Agência do BANCO: CAIXA ECONÔMICA,
e a conta de minha titularidade nº 33.290-2, agência nº 3122,
encontra-se ativa desbloqueada e sem limites para movimentação financeira, sendo possível o
depósito referente à minha indenização do seguro DPVAT. Pelo que firmo a presente.

Rodrigo Martins C. da Silva
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 7

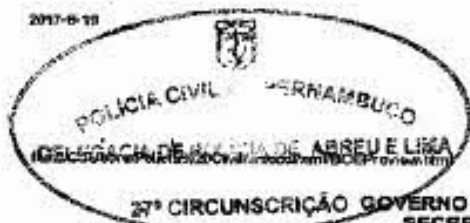


Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 5

2017-0-10

Boletim de Ocorrência



372752



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 27ª CIRCUNSCRIÇÃO - ABREU E LIMA - DP27ªCIRC DIM/SªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 17E0117001633

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **19/06/2017** às **15:10**

OUTRAS OCORRÊNCIAS DE TRÂNSITO - Culposo (Consumado) que aconteceu no dia **12/9/2016** às **06:50**

Fato ocorrido no endereço: **BAIRRO DE CAETES I (BAIRRO), 1, AVENIDA B - Bairros CAETES I - ABREU E LIMA/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvido(s) na ocorrência:
DESCONHECIDO (AUTOR/AGENTE)
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:
VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA**



Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** / Mãe: **NADIA MARIA MARTINS DA SILVA** Data de Nascimento: **07/1980** Nacionalidade: **RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL**

DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: **Desconhecido** Nacionalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

VEÍCULO (VEÍCULO), que estava em posse do(a) Sr(a): **RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA**
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/YAMAHA/YBR 125Z FACTOR** Objeto apreendido: **Não**
Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PFA-4520** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)
Ano Fabricação/Modelo: **2010/2011**
Descrição: **EM NOME DE RAFAEL MARTINS CARNEIRO DA SILVA**

Complemento / Observação

DECLARA A VITIMA QUE PILOTAVA A MOTOCICLETA PLACA PFA-4520 QUANDO PERDEU O CONTROLE VINDO A CAIR SOBREENDO FERIMENTOS SENDO SOCORRIDO PELO SAMU E ENCAMINHADO PARA O HOSPITAL MIGUEL ARRAS DE ACORDO COM O PROTOCOLO Nº344786

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

Rodrigo Martins C. da Silva
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
(VITIMA)

S.O. registrado por: **ALTON GOMES DA SILVA** - Matrícula: **2212625**



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.pe.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.pe.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 6

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML



Eu, RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, portador da carteira de identidade nº 7.409.803 e inscrito no CPF/MF sob o nº 093.425.524-55, residente e domiciliado na RUA OITENTA E NOVE, Nº 66, QUADRA 106, Cidade ABREU E LIMA, Estado PERNAMBUCO, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☐ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Rodrigo Martins e da Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Abreu e Lima/PE 07/07/2017

Local e data



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 7




**SECRETARIA DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA**

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

Declaração de número 0030/2016

Atendendo ao requerimento do Sr. Rodrigo Martins Carneiro da Silva RG 7.409.803 SDS PE, CPF 093.425.524-55 que baseada na ficha de ocorrência Nº225747 do dia 12 de Setembro de 2016, foi atendida pelo nosso Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU Abreu Lima, por volta das 05:50min vítima de queda de moto na rua :89, n 66 nas proximidades do lava jato Caetés I sendo em seguida removido para UPA de Igarassu.


Alice M. Jorge Amaro
Coordenadora do SAMU Abreu e Lima
Coren-383594

Rua: Caruaru s/n Caetés velho I CEP 53550590 – Abreu e Lima/PE



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 8

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	04/08/2017
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	945,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03122

CONTA: 000000033290-2

Nr. de Autenticação 699EB9CE55503C66



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 9



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA,

RG nº 7.409.803, data de expedição 06/10/14, Órgão SDS-PE,

CPF nº 093.425.524-55, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Prça)	<u>RUA OITENTA E NOVE</u>
Número	<u>66</u>
Apto / Complemento	<u>QUADRA 106</u>
Bairro	<u>CAETES I</u>
Cidade	<u>ABREU E LIMA</u>
Estado	<u>PERNAMBUCO</u>
CEP	<u>53.540-460</u>
Telefone de Contato	<u>81-3538-0063-987215834</u>
E-mail	<u>ralbrinspi@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Abreu e Lima/PE 07/07/2017

Assinatura do Declarante: Rodrigo Martins e da Silva



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 10

COMPESA

ATENDIMENTO: AVENIDA EUCALIPTOS - NUN - 00461 - VITIMIA ABR
EU E LIMA PE 53568-440



ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS
R JOAQUIM NABUCO, N. 00280 - TIMBO ABREU E LIMA PE 53520-17
INSCRIÇÃO-166-135-130-044-000-GRUP-7-DES-AUTOMATICO-103688667

LIGADO	POTENCIAL	11/11/17	11/11/17
ALLF277132	02/01/2017	10/03/2017	MEDIA NO

AGUA:
LEIT ANT: 31 CONSUMO: 3
LEIT ATU: 31
LEIT FAT: 31 NO PARADO

HISTORICO DE CONSUMO
REFERENCIA CONSUMO

PARAMETROS	NUMERO DE AMOSTRAS			
	EXIG. PORT. MS 2.014/11	ANALISES REALIZ.	ATENDIM.	A EQUIV.
TURBIDEZ	48	48	48	48
COR APARENTE	48	48	48	48
COLOR RESIDUAL	48	48	48	48
COLIF. TOTAIS	48	48	48	48
E. COLI	48	48	48	48

OBS.: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSENCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS
(2) OS PARAMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO RESIDUAL SAO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA AGUA
(3) OS PARAMETROS COR E TURBIDEZ SAO INDICADORES DAS CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA AGUA

Qualidade de Agua: www.compesa.com.br

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONSUMO	TOTAL(R\$)
AGUA RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE AGUA COMERCIAL 1 UNIDADE(S)	2 M3	40,14
CONSUMO DE AGUA	1 M3	59,11
MULTA P/IMPONTUALIDADE 02/2017		2,22
JUROS DE MORA 12/2016		0,93

VENCIMENTO: 10/04/2017 TOTAL A PAGAR: 102,44

MENSAGEM:



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 12



DECLARAÇÃO

Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT. Contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF.

Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu **ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS**, portador(a) do RG Nº **7.742.986**

Expedido por **SDS/PE**, em **26/01/2005**, CPF/CNPJ nº **884.647.684-00**, na qualidade de

Procurador (a) /intermediário (a) do beneficiário (a)
RODRIGO MARTINS EARNHEO DA SILVA do
sinistro de DPVAT da natureza **INVALIDEZ** da vítima
RODRIGO MARTINS EARNHEO DA SILVA conforme

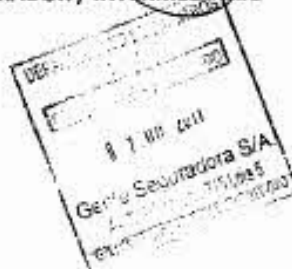
Determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações solicitadas:

Profissão: **recuso-me**

Renda Mensal: **recuso-me**

Documentos comprobatórios: **HABILITAÇÃO E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA**

ASSINATURA – PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 13

Declaração do Proprietário do Veículo



Eu, RAFAEL MARTINS CARNEIRO DA SILVA,
 RG nº 7104850, Data de Expedição: / / , Órgão: SDS-PE,
 Portador do CPF nº 075.140.684-81, com domicílio na cidade de
ABREU E LIMA, no Estado de PE,
 onde resido na (Rua/Av./Est.) BUA: OITENTA E NOVE, A-106,
 nº 66, complemento: CAETES I, declaro, sob as penas da Lei,
 que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente
 ocorrido com a vítima RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA,
 cujo o condutor era RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA,

Veículo: MOTOCICLETA
 Modelo: YAHAMA / FACTOR YBR 125 ED
 Ano: 2010 / 2011
 Placa: PFA-4529
 Chassi: 9CG KE1500 B 0000723
 Data do Acidente: 12/09/2016



Local e Data: ABREU E LIMA - PE 19/06/17

Rafael Martins Carneiro da Silva
 Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
 Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 16



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
 Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 14

HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICACAO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 13/09/2016 16:33



Nome Paciente: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Cód. Paciente: 10899
Data de Nascimento: 09/12/1990
Sexo: Masculino
Idade: 25
Senha: 0025
Convênio: 2 - SUS - EXTERNO / URGENCIA
Atendimento: 344780
SAME: 5413



Handwritten: 18:30

Período: 13/09/2016 16:39 - 13/09/2016 16:40

AMANDA ROBERTA DE MELO COSTA - COREN: 342188 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade:

URGENCIA AMARELO

Cor:

AMARELO

Queixa Principal:

PACIENTE ENCAMINHADO POR DR MARCIO, VITIMA DE QUEDA DA MOTO, EVOLUIU COM FRATURA /LUXAÇÃO DE COTOVELO E,

Observação:

NEGA ALERGIAS, DM E HAS.

Fluxograma sintoma:

TRAUMA

Criminador(es):

- SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE
- FERIMENTO SEM SANGRAMENTO ATIVO
- DOR MODERADA (4-7/10)

Especialidade:

ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Handwritten: REVISADO
MIR - HMA



Acolhido(a) por: AMANDA ROBERTA DE MELO COSTA - COREN: 342188 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 13/09/2016 16:40

Sistema de Atendimento com Classificação de Risco

Página 1 de



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 17



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 15



MIGUEL ARRAES

HOSPITAL MIGUEL ARRAES



Atendimento: 344780

Data e Hora: 13/09/2016 16:36

Senha da Classificação:

0025

Paciente: 10899 RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA Sexo: MASCULINO
 Data do Nascimento: 09/12/1990 Idade: 25 anos Convenio: 2 SUS - EXTERNO / URGENCIA
 Nome da Mãe: NADIA MARIA MARTINS DA SILVA Nome do Pai: ELPIDIO CARNEIRO DA SILVA NETO
 Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: PLANTONISTA ORTOPEDIA CRM: 12346
 Endereço: RUA CIENTA E NOVE 66 Bairro: CAETES I
 Cidade/UF: ABREU E LIMA PE Usuário Atendimento: JOSEANABRO

Informações Associadas a Pacientes Estrangeiros / Visitantes

Data Entrada Brasil:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Nº Documento Estrangeiro:

Observação:

RESUMO DE TRATAMENTO

SO:

Altura:

Temperatura:

Hora:

Queixa Principal

Exame Físico

Hipótese Diagnóstico

Descrição Médica

Assinatura e Carimbo/Médico

Destino: () Encaminhado ao Ambulatório () Residência

() Transferido: Para

() Encaminhado ao setor de internação

Senha:



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
 Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 18



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
 Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 16

HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES
MV2000 - Sistema de Gerenciamento Ambulatorial
Relatório de Diagnóstico de Atendimento

Página: 1 / 1
Emitido por: PAULAFSC
Em: 13/09/2016 19:11

DIAGNÓSTICO DO ATENDIMENTO

Atendimento.....: 344780 Prontuário: 10890 SAME: 5413 Hora Atend: 16:36 Data Atend: 13/09/2016
Paciente.....: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA Idade: 25 a
Endereço.....: RUA OITENTA E NOVE
Bairro.....: CAETES I
Cidade.....: ABREU E LIMA
Convênio.....: SUS - EXTERNO / URGENCIA UF.: PE CEP: 53530640
CID Principal.....: Plano.: PLANO UNICO
CID's Secundários. :
Resultado.....: ALTA APOS MEDICACAO
Data Saída.....: 13/09/2016 Hora Saída : 18:30

Prestador da Evolução Médica: PLANTONISTA ORTOPEDIA



PLANTONISTA ORTOPEDIA / 12346
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 19



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 17

UNA 24 HORAS - IGARASSU

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 12/09/2016 06:37

Nome Paciente: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
Cód. Paciente:
Data de Nascimento: 08/12/1990
Sexo: Feminino
Idade: 26
Senha: 0016
Convênio:
Atendimento:
SAME:

Período: 12/09/2016 06:39 - 12/09/2016 06:40

JOSE ROBSON PEREIRA CORDEIRO - COREN: 7955 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade: NÃO URGENTE - VERDE

Cor: ~~SUSPEITA DE LUXAÇÃO EM MSE~~ VERDE

Queixa Principal: SUSPEITA DE LUXAÇÃO EM MSE APÓS ACIDENTE DE MOTO

Observação: ACIDENTE DE MOTO.

Fluxograma sintoma: TRAUMA

Discriminador(es): - DOR LEVE (1-3/10)

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA



Acolhido(a) por: JOSE ROBSON PEREIRA CORDEIRO - COREN: 7955 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data impressão: 12/09/2016 06:40

Sistema de Atendimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 20



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 18

Atendimento: 805867

Data e Hora: 12/09/2016 06:41

Senha da Classificação:

0016

Paciente: 211276 RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA Sexo: MASCULINO
Data do Nascimento: 09/12/1990 Idade: 25 anos Convenio: 2 SUS - PRONTO ATENDIMENTO
Nome da Mãe: NADIA MARIA MARTINS DA SILVA Nome do Pai: ELPIDIO CARNEIRO DA SILVA NETO
Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: ORTOPEDISTA - PLANTONISTA CRM: 1234567
Endereço: OITENTA E NOVE 65 Bairro: CAETES I
Cidade/UF: ABREU E LIMA PE Cep: 53530640 Usuário Atendimento: KLEBERLS
RG (Identidade): 7409803 SDS Data de Emissão:
CPF (Cadastro de Pessoa Física): Fone:
CRN (Certidão de Registro de Nasc): Data de Emissão CRN:

PESO: _____ ALTURA: _____ TEMPERATURA: _____ °C FC: _____ bpm FR: _____ rpm PA: _____ mmHg
DATA: _____ HORA: _____

QUEIXA PRINCIPAL / DURAÇÃO / HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL:

*Lesão de mão na 3ª, envolvendo osso da
mão esquerda (E)*

EXAME FÍSICO:

Extremidade superior esquerda, membro superior

Doença aguda com fratura de osso da mão esquerda (E)

na região da base da mão esquerda da mão esquerda

HIPÓTESE (S) DIAGNÓSTICA (S):

*1. Lesão de mão na 3ª, envolvendo osso da
mão esquerda (E)*

SOLICITAÇÃO DE EXAMES:

PRESCRIÇÃO MÉDICA:

*03. 35 Dipsone 0,5% + AD 50 mg. Paciente recusa.
Lactose e Ave parolite 07:46 medicação.
Tudo Anestesia*

Dr. Bruno Vieira
Ortopedista - ORTOPEDISTA
CRM SE 21.381

Médico / Cremep:

ENCAMINHADO: () Ambulatório () Sala Verde () Sala Amarela () Sala Vermelha

Médico / Cremep:



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento?view=seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 21



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 19

EVOLUÇÃO CLÍNICA (pareceres, resultado de exames, etc.)

07/20

Na Evolução Clínica, o paciente da unidade de
internato (C)

SR. 47 Anos, com quadro clínico de
Epilepsia, com crises parciais
e generalizadas, e uso de medicação
antiepiléptica.

Dr. Bruno Vieira
CRM-PE 22.387

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM (ASS/COREN)

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL (ASS/CRESS)

DESTINO:

ALTA: ☐ Melhorada ☐ Com Atestado ☐ Com Prescrição
☐ TRANSFERÊNCIA LOCAL: _____ SENHA: _____
☐ ÓBITO Data: ____/____/____ Às _____ ☐ ATESTADO DE ÓBITO ☐ SVO ☐ IML

Médico / Cremeps:

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ALTA A PEDIDO PARA MAIORES DE 18 ANOS

Responsabilizo-me pela recusa do tratamento médico proposto e saída deste serviço de saúde, assim como tenho
absoluto conhecimento sobre todas as consequências que deste ato possam advir.

DATA: ____/____/____

HORA: _____

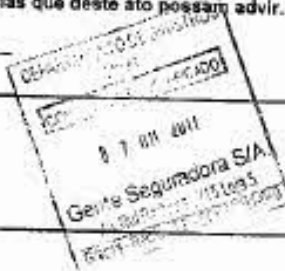
NOME LEGÍVEL: _____

RG: _____

GRAU DE PARENTESCO: _____

ASSINATURA: _____

RECEPÇÃO / CARIMBOS:



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 22



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 20

[illegible]

Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIQUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.trf3.jus.br:443/fgr/Processo/ConsultaDocumento/view.seam?x=18012215411203800000027052652>
 Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 23



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
 Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 21

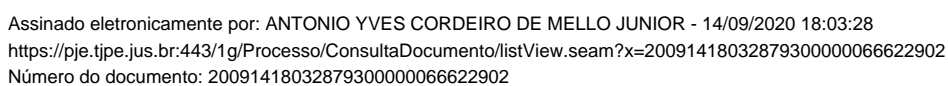


VILLAGE DAN TRO
TELEFONES NACIONAIS
999949405

05/24/2004 17:05



Num. 27392141 - Pág. 24



Num. 67924275 - Pág. 22



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DETRAN - PE		Nº 011580914092	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VEIC	COD. RENAVAM	REN. LIC	EXERCÍCIO
1	256592322	*****	2019
NOME			
RAFAEL MARTINS CARNEIRO DA SILVA			
ABREV. E. LIMA-PE			
CH. CNH		PLACA	
075-140-684-82		PFA4529	
PLACA ANT. LE		CHASSI	
*****/DE		9C6KDL50980000723	
ESPÉCIE / VED.		COMBUSTÍVEL	
CAB. / MOTOCICLETA		GASOLINA	
MARCA / MODELO		ANO FAB. / ANO MOD.	
YAMAHA / FACTOR YBS125 ED		2019 / 2019	
CAP. / POT. / CIL.		CATEGORIA	
29/124CL		PARTIC	
COR. PREDOMINANTE		COR. PREDOMINANTE	
PRETA		PRETA	
COTA ÚNICA		VENIO / COTAS	
IPVA 2014 QUITADO		1ª *****	
PASA LIVA		2ª *****	
PASELAMENTO / COTAS		3ª *****	
PREMIO TANTUM (R\$)		R\$ 0,00	
R\$ 0,00		R\$ 0,00	
PREMIO TOTAL (R\$)		R\$ 0,00	
R\$ 0,00		R\$ 0,00	
OBSERVAÇÕES			
AL FID BANCO ITAUCARD SA			
Assinado eletronicamente por: Carlos Eduardo Pegas Amorim Costa			



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 25



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 23

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

DADOS DO SINISTRO

Número: 3170377778 Cidade: Abreu e Lima Natureza: Invalidez Permanente
Vítima: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA Data do acidente: 12/09/2016 Seguradora: Sabemi Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 19/07/2017

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA-LUXAÇÃO DE COTOVELO ESQUERDO

Resultados terapêuticos: A ESCLARECER

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das

sequelas:

Documentos

complementares:

Observações: A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA NÃO PERMITE AVALIAR SEQUELAS

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

VISÃO MÉDICA LTDA

Nome do médico: JORGE ALBERTO C DE SOUZA

CRM do médico: 52.37730-0

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:




Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 26



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 24

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170377778 Cidade: Abreu e Lima Natureza: Invalidez Permanente
Vítima: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA Data do acidente: 12/09/2016 Seguradora: Sabemi Seguradora S/A

PARECER

Diagnóstico: LUXAÇÃO DE COTOVELO COM FRATURA DA CABEÇA DE RÁDIO ESQUERDO

Descrição do exame médico pericial: DÉFICIT FUNCIONAL RESIDUAL DE MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

Resultados terapêuticos: REDUÇÃO DE FRATURA E LUXAÇÃO COM IMOBILIZAÇÃO COM TALA AXILO PALMAR. REALIZOU FISIOTERAPIA E TEVE ALTA MÉDICA. APRESENTA LIMITAÇÃO DISCRETA DE SUPINAÇÃO DE ANTEBRAÇO ESQUERDO PASSIVA E ATIVA.

Sequelas permanentes: APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.

Sequelas: Com seqüela

Data da pericia: 02/08/2017

Conduta mantida:

Observações: OBS - MANTIDO ENQUADRAMENTO DO MÉDICO EXAMINADOR

Médico examinador: FÁBIO SELERI FERNANDES

CRM do médico: 52.63021-7

UF do CRM do médico: RJ

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros superiores	70 %	Em grau residual - 10 %	7 %	R\$ 945,00
Total			7 %	R\$ 945,00

PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: JANICE DE ALMEIDA PINTO MIGUEZ

CRM do médico: 52.63583-9

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 27



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 25



PROCURAÇÃO PARTICULAR

BENEFICIÁRIO/VÍTIMA:

Nome: RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA

Nacionalidade: BRASILEIRO Est. Civil: SOLTEIRO

Profissão: VENDEDOR

Identidade: 7409 803/SDS-PE CPF: 093 425 524-55

Endereço: RUA: OITENTA E NOVE, Nº 66, A-106
CAETES I, ABREU E LIMA-PE, CEP-53 540-460

PROCURADOR:

Nome: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

Nacionalidade: brasileira Est. Civil: solteira Profissão: Empresária

Identidade: 7.742.986 SDS/PE CPF: 884.647.684-00

Endereço: Av. Joaquim Nabuco nº 200, Timbó, Abreu e Lima -PE

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a qualquer Seguradora pertencente ao Consorcio DPVAT, também perante aos pontos de atendimento da Seguradora Lider (Correios, Sineor (s) e Corretores), dar entrada em sinistro, enviar documentos relativo a pendências, receber correspondências, solicitar informações por escrito, e-mails ou por telefone, ter acesso ao número do sinistro, enfim, acompanhar todo e qualquer andamento relativo ao sinistro do beneficiário/vítima, até o término de sua liquidação, e finalmente praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.



ABREU E LIMA-PE 19/06/17

Local e data

Rodrigo Martins Carneiro da Silva

Assinatura do Beneficiário/Vítima

(Reconhecer firma por autenticidade)

Cartório Alfredo Mariano TABELionato de Notas e Protestos
RUA: OITENTA E NOVE, Nº 66, A-106, CAETES I, ABREU E LIMA-PE, CEP-53 540-460

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA, Abreu e Lima/PE, 19/06/2017 10:54:50, em testemunho da verdade. Enquadramento: R\$ 3,08 TS: R\$ 0,78 Total: R\$ 3,86. SP: R\$ 0,00

Luciana Oliveira de Lima Marques - Substituta
Cópia digital: 0150607.NFF06201701.00093



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.pe.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 28



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.pe.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 26

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, sociedade seguradora, CNPJ nº 33.054.826/0001-92, com sede na Av. Marquês de Olinda, nº 175 bairro do Recife Antigo- Recife/PE, representada na forma de seu Estatuto Social, **JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO**, brasileiro, casado, administrador, registro no CRA-PE sob o nº 1319, inscrito no CPF sob o nº 032.463.104-91, residente e domiciliado em Recife/PE e **SÉRGIO DE PETRIBU BIVAR**, brasileiro, solteiro, RG nº 5183250 SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, residente e domiciliado em Jaboatão dos Guararapes/PE., nomeia e constitui seus bastantes procuradores **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento,

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:58
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215415183800000027052895>
Número do documento: 18012215415183800000027052895

Num. 27392184 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 27



EXCELSIOR SEGUROS

em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.



PORTO
VIRGINIO

Recife, 20 de fevereiro de 2014

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
José Tupinambá Coelho / Sérgio de Petribu Bivar

Cartório Porto Virgínio, Pone: (01)3024-8665 - Rua Tomazina, nº 121
Reconheço por **SÊMELHANÇA** as assinaturas indicadas de **SÉRGIO DE PETRIBU BIVAR** e **JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO**, a qual confere com o padrão registrado nesta cartoria. Dou Fe. Recife, 20 de fevereiro de 2014. Emissão: R\$ 2,40

Em test. de verdade.

Rosana Farias de Sousa
Rosana Farias de Sousa - Escrevente Autorizada
"Valido somente com o selo de autenticidade" 15.58



COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:58
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215415183800000027052895>
Número do documento: 18012215415183800000027052895

Num. 27392184 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 29



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:58
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215415183800000027052895>
Número do documento: 18012215415183800000027052895

Num. 27392184 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 30

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
CNPJ nº 33.054.626/0001-92 / NIRE nº 26.3.0001024-1

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011**
(Homologada pela SUSEP - Carta nº 322/2012/SUSEP/SEGER, de 20/09/2012)

Data, hora e local: dia 18 de agosto de 2011, às 9:00 horas, na sede social, na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar - bairro Recife Antigo - Recife / PE.

Convocação: anúncios pessoais entregues a cada um dos membros do Conselho.

Presenças: a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

Mesa: Presidente: Luciano Caldas Bivar
Secretária: Catarina de Petribú Bivar

Deliberações: considerando que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da CARTA SUSEP/DIRAT/CGRAT/Nº 417/11, de 15 de julho de 2011, homologou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2011, em especial, a reeleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2011/2014, reúnem-se os Conselheiros empossados, deliberando, por unanimidade de votos dos presentes, **reeleger** todos os atuais membros da Diretoria para o triênio 2011/2014 bem como ratificar a designação dos Diretores responsáveis perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP nº 234/03, 249/04 e 344/07 e das Resoluções CNSP nº 118/04 e 143/05, sem prejuízo das demais responsabilidades estatutárias pertinentes aos cargos. Foram **reeleitos**: **Diretor Presidente - Mucio Naves de Albuquerque Cavalcanti**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Rua do Futuro nº 342 apto. 1302 - bairro Afritos - Recife - PE, RG nº 1.118.805 - SSP / PE, CPF nº 093.656.054-15, com as atribuições previstas no Estatuto Social e como Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; **Diretor Superintendente - José Tupinambá Coelho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Atlântico nº 62 apto. 1002 - Pina - CEP 51011-220 - Recife - PE, RG nº 1319-CRA/PE, CPF/MF nº 032.463.104-91, com as atribuições previstas no Estatuto Social e pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004; **Diretor Executivo e de Relações com a SUSEP - George Ricardo Martins de Souza**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Travessa São Vicente de Paulo nº 32 apto. 901 - Ingá - CEP 24210-570, Niterói - RJ, RG nº 5.092.420-8 - DETRAN/RJ, CPF/MF nº 617.395.457-53, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a

ATA 18/08/2011 - SUSEP SEGER - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE DOC 2



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 05/10/2012

SOB Nº 20126891940

Protocolo: 12/689194-0

Expediente: 26 3 0001024 1

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ROLDÃO ALVES PAES BARRETO



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:58
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215415183800000027052895>
Número do documento: 18012215415183800000027052895

Num. 27392184 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 31



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:58
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215415183800000027052895>
Número do documento: 18012215415183800000027052895

Num. 27392184 - Pág. 6




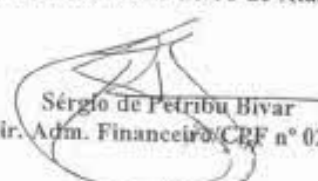
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 32

Autarquia; **Diretor Administrativo-Financeiro - Sergio de Petribu Bivar**, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado à Av. Beira Mar nº 1626/1301, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 5.183.250 - SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pelas Atividades Administrativas e Econômico-Financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social, e ainda como Responsável pelo Sistema de Controles Internos das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04, bem como pelas atividades dos Controles Internos Específicos para a Prevenção Contra Fraudes, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344/07; **Diretor Técnico - Oldemar de Souza Fernandes**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua São Salvador nº 60 apto. 302 - Espinheiro - CEP 52020-200 - Recife - PE, RG nº 4.337.260-SSP/SP, CPF/MF nº 337.325.318-72, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pela supervisão das Atividades Técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; **Diretor Comercial - Ari Coifman**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua Alfredo Regis Lima Mota nº 447 - Candeias, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 724.463 - SSP/PE, CPF/MF nº 012.951.364-49, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de registro das apólices e endossos emitidos e dos co-seguros aceitos, conforme disposição da Resolução CNSP nº 143/2005. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na legislação em vigor, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade em virtude de condenação criminal. A posse dos Diretores reeleitos para o triênio 2011/2014 se dará após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo que permanecerão em suas funções até que a Diretoria a ser eleita no ano de 2014 receba a homologação daquele Órgão. Na sequência dos trabalhos, disse o Sr. Presidente que as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou a lavratura desta ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Recife, 18 de agosto de 2011. Luciano Caldas Bivar - Presidente / Catarina de Petribu Bivar - Secretário / Luciano de Petribu Bivar

Atestamos que esta é cópia fiel extraída do original transcrito no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

 **José Tupinambá Coelho**
Dir. Superintendente / CPF nº 032.463.104-91

 **Sérgio de Petribu Bivar**
Dir. Adm. Financeiro / CPF nº 026.896.134-41

 **Anderson Fernandes Peixoto**
Gestor Jurídico / OAB/PE 29854

RCA 18 08 2011 - TUP e SERGIO - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.doc



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/10/2012

SOL Nº: 20126891940

Protocolo: 12/589194-0

Express: 26 3 0001024 1

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

 **ROLDÃO ALVES PAES BARRETO**

ADMINISTRADOR GERAL



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:58
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215415183800000027052895>
Número do documento: 18012215415183800000027052895

Num. 27392184 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2009141803287930000006622902>
Número do documento: 2009141803287930000006622902

Num. 67924275 - Pág. 33



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:58
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215415183800000027052895>
Número do documento: 18012215415183800000027052895

Num. 27392184 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 34

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CNPJ nº 33.054.826/0001-92 NIRE nº 26.3.0001024-1

ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO E HOMOLOGADO PELA AGE DE 30 / 35 / 2011

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º - A COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (Companhia), com nome fantasia EXCELSIOR SEGUROS, constituída em 05 de junho de 1943 e autorizada a operar pelo Decreto nº 15.102, de 21 de março de 1944, será regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A Companhia tem sede e foro na Avenida Marquês de Olinda nº 175 – bairro Recife Antigo, CEP 50030-000, Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, podendo abrir e encerrar sucursais, filiais, inspetorias de produção ou escritórios de representação em qualquer parte do país, por deliberação da Diretoria, observada a legislação aplicável.

Art. 3º - A Companhia tem por objeto:
a) a realização das operações de seguros de danos, seguros de pessoas e co-seguros, como definidas na legislação própria;
b) participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Art. 4º - O prazo de sua duração será indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5º - O Capital da Companhia é de R\$ 33.151.944,70 (trinta e três milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), representado por 4.060.084.552 (quatro bilhões, sessenta milhões, oitenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, podendo a Assembléia Geral de Acionistas autorizar a emissão de ações preferenciais de uma única classe até o montante correspondente a 2/3 (dois terços) do total das ações ordinárias representativas do Capital Social, todas nominativas e sem valor nominal.

§ 1º - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembléias.

§ 2º - As ações preferenciais não terão direito de voto nas reuniões das Assembléias Gerais e gozarão exclusivamente das seguintes prioridades:

- (I) reembolso do capital social, sem prêmio;
- (II) recebimento de dividendos fixos equivalentes a até 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da ação.

§ 3º - A Companhia poderá emitir certificados representativos das ações, os quais serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores. Todas as despesas efetivamente incorridas pela

Página 1 de 10



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:57
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215420480500000027052715>
Número do documento: 18012215420480500000027052715

Num. 27392204 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 35



Companhia na substituição ou desdobramento dos certificados, deverão ser reembolsadas pelo acionista que solicitar tal substituição ou desdobramento.

§ 4º - As ações ordinárias da Companhia poderão ser convertidas em ações preferenciais, a critério do acionista, respeitados os limites legais, sendo vedada a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º - A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Art. 7º - A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

Art. 8º - Os Conselheiros e Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos após a homologação de seus nomes pelo Superintendente de Seguros Privados - SUSEP, mediante a publicação de termo de posse emitido pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos.

SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 9º - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, entre eles, o Presidente do órgão.

Art. 10 - Nos casos de ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído pelo Conselheiro que o substitua.

Art. 11 - Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Conselheiros, o cargo ficará vago até a realização da próxima Assembleia Geral; se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será imediatamente convocada para nova eleição; e no caso de vacância de todos os cargos, competirá à Diretoria convocar de imediato a Assembleia Geral.

Art. 12 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois Conselheiros, através de carta ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação, caso se verifique a presença de todos os Conselheiros em exercício.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria que não sejam membros do Conselho de Administração podem comparecer às reuniões do mesmo, sem direito a voto.

Página 7 de 10



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:57
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215420480500000027052715>
Número do documento: 18012215420480500000027052715

Num. 27392204 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 37



Num. 67924275 - Pág. 38

Art. 13 - O Conselho de Administração se instalará com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes.

Art. 14 - Compete ao Conselho de Administração:

- I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II - eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições na forma deste Estatuto;
- III - estabelecer os limites operacionais de alçada dos Diretores, fixando-lhes a competência para deferir negócios, celebrar contratos e demais atos administrativos;
- IV - examinar a qualquer tempo os Livros e papéis da Companhia e manifestar-se previamente sobre atos, contratos e operações segundo determinem este Estatuto, o Regimento Interno ou a seu critério;
- V - estabelecer, designando o Diretor por elas responsável, regiões e áreas administrativas, aprovar a criação ou extinção de sucursais, filiais, inspetorias, representações ou escritórios;
- VI - convocar a Assembléia Geral;
- VII - manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- VIII - escolher e destituir os Auditores Independentes;
- IX - autorizar a alienação, oneração e arrendamento de bens do ativo permanente em valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia e de bens imóveis em qualquer valor, bem como a prestação de garantias inclusive fidejussórias a favor de terceiros;
- X - aprovar o Regimento Interno;
- XI - declarar dividendo intermediário à conta do Lucro Líquido, Lucros Acumulados ou Reservas Livres existentes;
- XII - deliberar sobre aquisição e alienação direta ou indireta de participações societárias, sempre que essa participação represente mais do que 10% do capital social da Companhia investida;
- XIII - deliberar sobre atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação e extinção de sociedades das quais possua participação societária;
- XIV - vetar as deliberações da Diretoria, podendo determinar novo exame do assunto;
- XV - aprovar os planos de ação e o orçamento-programa, anuais e plurianuais;
- XVI - decidir sobre os planos de expansão ou de redução das atividades;
- XVII - submeter à Assembléia Geral a proposta de reforma do Estatuto e a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício;
- XVIII - decidir sobre contratos entre a Companhia e seus acionistas ou pessoas ligadas;
- XIX - deliberar, ad referendum da Assembléia Geral, sobre o grupamento ou desdobramento das ações que compõem o capital social;
- XX - distribuir aos administradores e/ou empregados da Companhia, participação nos lucros e/ou resultados da Companhia, nos limites fixados pela Assembléia Geral;
- XXI - fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores para os quais a Assembléia Geral tenha aprovado o montante global;
- XXII - criar órgãos e comitês de apoio administrativo, podendo eleger e destituir seus membros, determinar-lhes a competência de atuação e fixar as respectivas remunerações;
- XXIII - exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembléia Geral, bem como resolver os casos omissos ou não previstos neste Estatuto.

Art. 15 - Nos termos do disposto na legislação em vigor, em Reunião Ordinária serão atribuídas responsabilidades, por área de sua atividade, aos Diretores Estatutários eleitos

Página 5 de 10



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:57
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215420480500000027052715>
Número do documento: 18012215420480500000027052715

Num. 27392204 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:28
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032879300000066622902>
Número do documento: 20091418032879300000066622902

Num. 67924275 - Pág. 39



Num. 67924275 - Pág. 40



Número: **0032938-16.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **23/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA (AUTOR)		ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)			
CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67924 276	14/09/2020 18:03	ANEXO 6	Outros (Documento)

regularmente pela Reunião do Conselho de Administração convocada para esse fim, e que acumularão as funções estabelecidas.

Art. 16 - A Assembleia Geral poderá deixar vagos os cargos que julgar convenientes

Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer de seus membros ou da Diretoria Executiva, com a intitulação que entender conveniente, não conflitantes com as atribuições privativas estabelecidas neste Estatuto.

SEÇÃO III - DA DIRETORIA

Art. 17 - A Diretoria da Companhia será composta de 2 (dois) a 10 (dez) membros, acionistas ou não, eleitos e podendo ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá nomear funcionários de sua confiança para o cargo de Diretor Adjunto, mantidas as condições de empregados, vedada a concessão de poderes que a Lei ou este Estatuto atribuírem exclusivamente a Diretores eleitos pelo Conselho de Administração.

Art. 18 - O Conselho de Administração fixará os poderes e as atribuições de cada Diretor, nomeando dentre eles os cargos previstos neste Estatuto.

Art. 19 - Nos casos de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

Art. 20 - Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Diretores, o Conselho de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias contado da vacância, elegerá um novo Diretor para completar o mandato do substituído.

Art. 21 - A Diretoria se reunirá sempre que necessário, mediante convocação do Diretor-Presidente ou 2 (dois) Diretores e com a presença da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente presidir as reuniões e, na sua ausência, a qualquer Diretor que for escolhido na ocasião.

Art. 22 - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos presentes e, no caso de empate, o Diretor-Presidente usará o voto de qualidade.

Art. 23 - A Companhia se considerará obrigada pela assinatura conjunta de dois Diretores ou de um Diretor com um Procurador nomeado pelo Diretor-Presidente e por um Diretor.

Art. 24 - Compete à Diretoria:

- I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as resoluções do Conselho de Administração e a legislação em vigor;
- II - praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social;
- III - criar e extinguir dependências;
- IV - representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

Página 7 de 10



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:57
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215420480500000027052715>
Número do documento: 18012215420480500000027052715

Num. 27392204 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 1

17ª Ordem de Valor
R\$ 6,90

Cartão de Pagamento
Emissão: 22/01/2018
Valor: R\$ 6,90

Beneficiário: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS
CPF: 000.000.000-00

Valor Total: R\$ 6,90
Valor em Letras: Seis e 90/100 (Seis e noventa por cento)

Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:57



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:57
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215420480500000027052715>
 Número do documento: 18012215420480500000027052715

Num. 27392204 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
 Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 2

Art. 25 - Qualquer membro da Diretoria, além de suas atribuições e poderes, poderá exercer, cumulativamente, os cargos de atribuições específicas dos Diretores Estatutários, e tem poderes de representação perante os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como demais entidades de direito público ou privado, desde que tenha sido aprovado por deliberação do Conselho de Administração.

Art. 26 - São funções específicas dos Diretores Estatutários, conforme atribuições da legislação pertinente em vigor:

Diretor Presidente, com poderes para:

- a) representar a Companhia em juízo ou fora dele;
- b) solicitar a qualquer tempo ao Presidente do Conselho de Administração a convocação deste para deliberar sobre matéria encaminhada pela Diretoria Executiva;
- c) constituir, mediante a aprovação da Diretoria Executiva, por prazo e para fins determinados, mandatários em nome da Companhia, outorgando-lhe poderes específicos;
- d) solicitar ao Diretor Superintendente a elaboração dos programas e projetos relativos às atividades da Companhia, o orçamento anual com previsão discriminada das receitas e despesas, as demonstrações financeiras, a prestação de contas e os relatórios circunstanciados das atividades operacionais e de situação econômico-financeira da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração;
- e) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração às normas estatutárias, bem como à legislação e determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pertinentes às Seguradoras;
- f) assinar os contratos, acordos e convênios de interesse da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como assinar os cheques juntamente com o Diretor Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios;
- g) administrar e dirigir os recursos, bens, serviços e negócios da Companhia, movimentando, em conjunto com o Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios, suas contas bancárias e os seus valores financeiros;
- h) encaminhar às autoridades competentes, especialmente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, juntamente com o Diretor de Relações com a SUSEP, as contas, demonstrações financeiras, relatórios e demais dados contábeis, financeiros, orçamentários e demonstrações pertinentes ao Balanço Geral da Companhia;
- i) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 30 de outubro de cada ano, a proposta orçamentária para o ano seguinte, onde especificará, separadamente, as receitas e despesas, de capital e de operações;
- j) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 31 de janeiro de cada ano, o Balanço Geral, as demonstrações financeiras e os relatórios circunstanciados relativos às atividades do ano anterior;
- k) adquirir e alienar bens móveis e imóveis, quando previamente autorizados pelo Conselho de Administração e respeitadas as normas estabelecidas pela legislação em vigor;
- l) criar e extinguir comissões e grupos de trabalho;
- m) autorizar e ratificar a realização das despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas não previstas em orçamento em até, no máximo, 10 (dez) salários mínimos.

Diretor Superintendente, com poderes para:

- a) coordenar, supervisionar e executar atividades e serviços administrativos, financeiros e operacionais da Companhia, praticando os demais atos que forem determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente da Diretoria Executiva;
- b) comparecer, quando convocado, às reuniões do Conselho de Administração para prestar esclarecimentos e discutir questões de sua área;

Página 5 de 10



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215421682000000027052733>
Número do documento: 18012215421682000000027052733

Num. 27392222 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 3

c) elaborar, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro, a proposta orçamentária, o relatório das atividades, a prestação de contas mensal, o balanço intermediário e o geral e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração;

d) admitir e dispensar técnicos especializados, administrativos e auxiliares, necessários às realizações da Companhia, cumpridas as formalidades legais;

e) apresentar estrutura administrativa para a Diretoria Executiva, compondo cargos e salários;

f) apresentar para a Diretoria Executiva o Plano de Ação Anual e Orçamento, para a aprovação do Conselho de Administração;

g) coordenar a captação de negócios;

h) manter e dirigir a correspondência, o serviço de comunicação e o de divulgação;

i) controlar e manter sob sua supervisão os Livros, documentos, registros e outros papéis da Companhia;

j) interagir com todos os setores e órgãos da Companhia, para que sejam cumpridas as finalidades previstas neste Estatuto.

Diretor de Relações com a SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a Autarquia, prestando, isoladamente ou em conjunto com outros Diretores, as informações por ela requeridas.

Diretor Administrativo-Financeiro, responsável pela supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social

Diretor Técnico, responsável pela supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos.

Diretor Comercial, tendo como função básica planejar, ordenar, fazer executar, orientar e controlar todas as atividades subordinadas à Produção e à Gerência das Sucursais, Filiais, Representações e Inspetorias de Produção, de acordo com a política empresarial.

Diretor Responsável pelo cumprimento das normas de Contabilidade, responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004.

Diretor Responsável pelo Sistema de Controles Internos, das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04.

Diretor Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003.

Diretor Responsável pelo Sistema de Prevenção contra Fraudes, das atividades dos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344, de 21/06/2007.

Página 3 de 10



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215421682000000027052733>
Número do documento: 18012215421682000000027052733

Num. 27392222 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 5

CARTÓRIO DO 1º
Bairro: Indaiatuba
Cidade: São Carlos - SP
CEP: 13.080-900
Fone: (067) 331.1111
SWTOM 90.003.003



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1/g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2009141803289610000066622903>
 Número do documento: 2009141803289610000066622903

Num. 67924276 - Pág. 6

Art. 27 - A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais aprovados pelo Conselho de Administração, podendo deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas com o objetivo social, bem como adquirir, alienar e gravar bens móveis e imóveis, contrair obrigações, celebrar contratos, transigir e renunciar a direitos, sendo vedado à sociedade prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma.

§ 1º - Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, esta será representada por dois Diretores em conjunto ou, ainda, por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado por dois Diretores.

§ 2º - A Companhia poderá ser, excepcionalmente, representada por um único Diretor ou procurador com poderes especiais, nas Apólices representativas dos Contratos de Seguros nos Ramos em que está autorizada a operar.

§ 3º - Os procuradores "ad negotia" serão constituídos por mandato com prazo não superior a 1 (um) ano, na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes, no qual serão especificados os poderes outorgados.

§ 4º - Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, bem como no endosso de cheques emitidos a favor da Companhia para depósito em conta bancária de terceiros, a Companhia será representada na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes.

§ 5º - O endosso de cheques para depósito em conta corrente da Companhia somente poderá ser efetuado mediante assinatura de dois Diretores ou de um Diretor e um Procurador com poderes especiais.

§ 6º - Nas reuniões ou Assembléias Gerais de sociedades de que seja sócia quotista ou acionista, a Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou por um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado na forma deste artigo.

Art. 28 - Obedecidas as disposições legais e além das aplicações pertinentes às reservas técnicas, a Diretoria fica autorizada a aplicar as disponibilidades da Companhia, inclusive na aquisição de participação societária em outras sociedades.

Art. 29 - A representação ativa ou passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele, bem como em atos, contratos e mandatos, será exercida pelo Diretor Presidente isoladamente ou por dois Diretores em conjunto.

Art. 30 - Compete a cada Diretor exercer os encargos que lhes sejam atribuídos pelo Conselho de Administração, acatando as normas gerais fixadas pelo Estatuto e pelo Regimento Interno e as designações do Diretor Presidente.

Parágrafo Único - Também compete a qualquer Diretor, ou aos procuradores com poderes expressos, a representação da Companhia perante as repartições oficiais fiscalizadoras ou controladoras de seguros e outras, bem como perante quaisquer terceiros.

Art. 31 - A Diretoria terá a remuneração mensal atribuída pelo Conselho de Administração, segundo seus próprios critérios, a título de honorários mensais.

Página 7 de 10



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215421682000000027052733>
Número do documento: 18012215421682000000027052733

Num. 27392222 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215421682000000027052733>
Número do documento: 18012215421682000000027052733

Num. 27392222 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 8

§ 1º - Além da remuneração fixada neste artigo, os Diretores Estatutários receberão uma gratificação de Natal anual, no valor dos honorários mensais individuais que estiverem vigorando, na mesma ocasião e segundo os mesmos critérios adotados para os funcionários.

§ 2º - Aos Diretores Estatutários será atribuída uma participação anual de 10% (dez por cento) do Resultado Operacional do exercício, a ser distribuída na forma estabelecida em reunião do Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 32 - O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente que será instalado, por deliberação da Assembleia Geral, para funcionar até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

Parágrafo Único - Nos exercícios sociais em que for instalado o Conselho Fiscal, para a sua constituição e atribuições serão observadas as normas do Capítulo XIII da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 33 - A Assembleia Geral de Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, obedecidas as prescrições da legislação societária.

§ 1º - A Assembleia Geral será convocada e instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo presidida e secretariada por acionistas escolhidos pelos presentes.

§ 2º - As deliberações da Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

§ 3º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por seu representante legal ou por procurador constituído a menos de um ano, observado o disposto no § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.

Art. 34 - Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de comunhão, o exercício dos direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação.

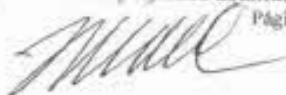
CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS

Art. 35 - O exercício social encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, quando é levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras.

Art. 36 - Do lucro apurado no exercício serão deduzidos, obedecidas as disposições legais:

a) os eventuais prejuízos acumulados;

Página 8 de 10



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215421682000000027052733>
Número do documento: 18012215421682000000027052733

Num. 27392222 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215421682000000027052733>
Número do documento: 18012215421682000000027052733

Num. 27392222 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 10

Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regido por sigilo

Sinistro: 317037778 - 1
 Nome do(a) Examinado(a): RODRIGO MARTINS CARNEIRO DA SILVA
 Endereço do(a) Examinado(a): R. OFERTA E NOVE N° 66 - CAETES I - ARREU E LIMAPE
 Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 7408803 - SSP
 Data local do exame: 02/08/2017 RECIFE/PE

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

LUXAÇÃO DE COTOVELO COM FRATURA DA CABEÇA DE RÁDIO ESQUERDO

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

REDUÇÃO DE FRATURA E LUXAÇÃO COM IMOBILIZAÇÃO COM TALA AXILO PALMAR, REALIZOU FISIOTERAPIA E TEVE ALTA MÉDICA. APRESENTA LIMITAÇÃO DISCRETA DE SUPINAÇÃO DE ANTEBRAÇO ESQUERDO PASSIVA E ATIVA.

III. Existe sequela (lesão deficiente irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

Existindo sequelas (s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

DÉFICIT FUNCIONAL RESIDUAL DE MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

IV. Segundo o previsto no inciso II, 1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 3º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(").

☐ Vítima em tratamento

☐ Sem sequelas permanentes

Esta avaliação médica deve ser repetida em _____ dias

Não existem lesões diretamente decorrentes do acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

☒ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(").

☐ Total = "100% de IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

MANTIDO ENQUADRAMENTO DO MÉDICO EXAMINADOR -

Local e data de realização do exame médico legal:

PE - RECIFE, 02/08/2017

Médico Perito: FÁBIO SELERI FERNANDES CRM:52.6302-7 RJ

Fábio S. Fernandes
 Medicina Interna
 CRM 52.6302-7

Assinatura do perito Examinador - CRM



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652>
 Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2009141803289610000006622903>
 Número do documento: 2009141803289610000006622903

Num. 67924276 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:00
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215423374300000027052751>
Número do documento: 18012215423374300000027052751

Num. 27392240 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

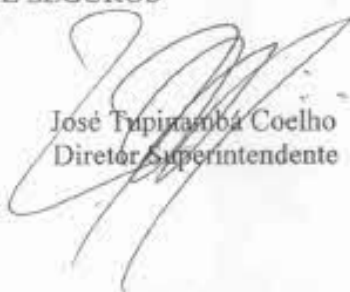
Num. 67924276 - Pág. 12


Art. 45 - O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Recife, 30 de maio de 2011

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS


Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti
Diretor Presidente


José Tupinambá Coelho
Diretor Superintendente


Anderson Reis - OAB/PE 29854



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/09/2011

SOL Nº: 20112015204

Protocolo: 11/201520-4

Empresa: 26 3 0001024 1

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS


ROLDÃO ALVES PAES BARRETO
SECRETARIO-GERAL

Página 10 de 10



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:00
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215423374300000027052751>
Número do documento: 18012215423374300000027052751

Num. 27392240 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:00
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215423374300000027052751>
Número do documento: 18012215423374300000027052751

Num. 27392240 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 14

COMPESA

ATENDIMENTO: AVENIDA EUCALIPTOS - NUN - 00461 - VITIMIA ABR
EU E LINA PE 53568-440



ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS
R JOAQUIM NABUCO, N. 00280 - TIMBO ABREU E LINA PE 53520-17
INSCRIÇÃO-166-135-130-044-000-GRUP-7-DES-AUTOMATICO-103688667

LIGADO	POTENCIAL	11/11/17	11/11/17
ALLF277132	02/01/2017	10/03/2017	MEDIA NO

AGUA:
LEIT ANT: 31 CONSUMO: 3
LEIT ATU: 31
LEIT FAT: 31 NO PARADO

HISTORICO DE CONSUMO

REFERENCIA	CONSUMO	PARAMETROS	NUMERO DE AMOSTRAS
			EXIG. PORT. MS 2 014/11
02/2017	03	TURBIDEZ	48
03/2017	03	COR APARENTE	48
12/2016	03	COLOR RESIDUAL	48
11/2016	05	COLIF. TOTAIS	48
10/2016	02	E. COLI	48
09/2016	03		48
MEDIA:	03		48

Qualidade de Agua: www.compesa.com.br

OBS.: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSÊNCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS
(2) OS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO RESIDUAL SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ÁGUA
(3) OS PARÂMETROS COR E TURBIDEZ SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA ÁGUA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONSUMO	TOTAL(R\$)
AGUA RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE AGUA	2 M3	40,14
COMERCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE AGUA	1 M3	59,11
MULTA P/IMPONTUALIDADE 02/2017		2,22
JUROS DE MORA 12/2016		0,93

VENCIMENTO: 10/04/2017 TOTAL A PAGAR: 102,44

MENSAGEM:



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:43:55
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215411203800000027052652
Número do documento: 18012215411203800000027052652

Num. 27392141 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 15



Num. 67924276 - Pág. 16



À
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP


Interessado: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
Assunto: AGO de 30 de março de 2011


COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 33.054.826/0001-92, NIRE 26.30001024-1, com sede na Avenida Marquês de Olinda nº 175 – bairro do Recife – Recife PE, vem, por seus Diretores infra-assinados, encaminhar a documentação necessária e requerer a homologação das deliberações aprovadas na **Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2011**:

1. Investidura dos Administradores com a reeleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2011/2014.
2. Ratificação das atribuições das funções específicas dos Diretores Estatutários junto à SUSEP, conforme legislação em vigor.
3. Fixação da remuneração dos Administradores.
4. Delimitação da área de atuação da Seguradora.

Recife (PE), 30 de março de 2011

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS


José Tupinamba Coelho
Diretor Superintendente


Sérgio de Petrólio Bivar
Diretor Administrativo/Financeiro



17ª Ofício de Notas
Inscrição

Cartão e dos 14 que a presença em
original que foi apresentado, com
Rio de Janeiro, 11 de março de 2016.

Bruno Rodrigo Belizor Casper Cart. Total

EPD-0211430 (transmite em <http://www.tjrr.jus.br/eletronico>)

1. 5.09
2. 1.81
3. 6.90

CARTÃO DO IT
CARTÃO DO IT
CARTÃO DO IT



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:00
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215423374300000027052751>
 Número do documento: 18012215423374300000027052751

Num. 27392240 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
 Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 18



COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
CNPJ nº 33.054.826/0001-92 NIRE nº 26.3.0001024-1

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2011**

Dia, Hora e Local: Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às 10:00 h, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar - bairro Recife Antigo - Recife / PE.

Quorum: Acionistas representando 99,59% do Capital, conforme assinaturas no Livro próprio.

Publicações: Convocação por Edital publicado nas edições dos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" dos dias 19, 23 e 25 de março de 2011 e "Folha de Pernambuco", dos dias 21, 23 e 25 de março de 2011, após a publicação dos anúncios a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76 nas edições dos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" dos dias 12, 15 e 16 de março de 2011 e "Folha de Pernambuco", dos dias 14, 16 e 18 de março de 2011.

Mesa: Presidente: Luciano Caldas Bivar
Secretária: Tatiana Tavares de Campos

Ordem do dia:

1. Aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes e das demais Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.
2. Destinação dos resultados do exercício.
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração.
4. Atribuições das funções específicas dos Diretores Estatutários junto à SUSEP.
5. Fixação da verba mensal global para a remuneração dos administradores.
6. Delimitação da área de atuação da Seguradora.
7. Outros assuntos de interesse social.

Deliberações: Na conformidade da Ordem do Dia e estando presentes à Assembleia os administradores da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos, abstenendo-se de votar os legalmente impedidos, quando exigido por lei:

1. Pediu a palavra o Diretor Presidente, Dr. Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, para informar aos Srs. Acionistas que, considerando as mudanças significativas na implantação do novo Sistema, o que veio a prejudicar o cumprimento do cronograma de publicação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes e das demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, tais documentos não foram publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" e "Folha

AGO 30.03.11 - Ata.doc

Página 1 de 1



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:00
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215423374300000027052751>
Número do documento: 18012215423374300000027052751

Num. 27392240 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 19



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:00
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215423374300000027052751>
Número do documento: 18012215423374300000027052751

Num. 27392240 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 20

de Pernambuco" até a presente data, reafirmando que, em nenhum momento, se houve a EXCELSIOR SEGUROS com negligência ou má-fé, reiterando que a empresa está passando por transtornos relacionados exclusivamente à implantação de novo Sistema, tendo em vista os contratempos gerados pela migração de dados, conforme já amplamente acompanhado pela fiscalização da SUSEP. Desta forma, considerando que, embora estejam os ajustes próximos do seu enquadramento, o prazo legal para publicação já se esgotou, o que comprova o caráter excepcional do seu pedido, requerendo o Sr. Diretor Presidente submissão da aprovação das contas do exercício à sua publicação, tão logo ocorra. Por unanimidade dos acionistas presentes, deliberou a Assembleia prorrogar a aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes e das demais Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 *ad referendum* de Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada logo após a efetivação das publicações legais.

2. Tendo em vista o acima exposto, deliberou esta Assembleia que a destinação dos resultados do exercício também fica submetida à apreciação da AGE a ser convocada para a aprovação das contas do exercício passado.

3. Procedeu-se à **reeleição dos membros do Conselho de Administração**, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2014, tendo sido reeleitos os seguintes Conselheiros: **I) Presidente, Luciano Caldas Bivar**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 557.970 – SSP/PE, CPF nº 018.189.614-15, residente e domiciliado à Avenida Bernardo Vieira de Melo nº 1626 apto. 1301 – Piedade – CEP 54410-010 - Jaboatão dos Guararapes – PE; **II) Catarina de Petribu Bivar**, brasileira, casada, empresária, RG nº 525.146 – SSP/PE, CPF nº 001.066.314-20, residente e domiciliada à Avenida Bernardo Vieira de Melo nº 1626 apto. 1301 – Piedade – CEP 54410-010 - Jaboatão dos Guararapes – PE; **III) Luciano de Petribu Bivar**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 5.127.130 – SSP/PE, CPF nº 024.650.494-37, residente e domiciliado à Avenida Bernardo Vieira de Melo nº 1626 apto. 1301 – Piedade – CEP 54410-010 - Jaboatão dos Guararapes – PE. Os Conselheiros permanecerão em suas funções até que os nomes dos Conselheiros que forem eleitos em 2014 recebam a homologação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada. Os Conselheiros eleitos preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 136/2005 e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal.

4. Deliberaram os senhores acionistas ratificar as atribuições das funções específicas dos Diretores Estatutários responsáveis perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP nº 234/03, 249/04 e 344/07 e das Resoluções CNSP nº 118/04 e 143/05, como segue: **Diretor Presidente** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e como Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; **Diretor Superintendente** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004; **Diretor Executivo e de Relações com a SUSEP** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a Autarquia;

AGO 30.03.11 - Ata de:

Página 1 de 4



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:01
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215424383900000027052763>
Número do documento: 18012215424383900000027052763

Num. 27392252 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 21



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:01
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215424383900000027052763>
Número do documento: 18012215424383900000027052763

Num. 27392252 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 22

Diretor Administrativo-Financeiro - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pelas Atividades Administrativas e Econômico-Financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social, e ainda como Responsável pelo Sistema de Controles Internos das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04, bem como pelas atividades dos Controles Internos Específicos para a Prevenção Contra Fraudes, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344/07; **Diretor Técnico** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pela supervisão das Atividades Técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; **Diretor Comercial** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de registro das apólices e endossos emitidos e dos re-seguros aceitos, conforme disposição da Resolução CNSP nº 143/2005.

5. Mantido o montante global mensal da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), a ser distribuído em Reunião do Conselho de Administração, conforme determina o Art. 7º do Estatuto Social.

6. Cumprindo entendimento da SUSEP de que a área de atuação da Seguradora deverá ser delimitada em Assembleia Geral, a fim de que estejam claros os parâmetros de capital mínimo e taxa de fiscalização exigidos por aquela Autoridade, ratificar que a Companhia opera com Seguros de Danos e Seguros de Pessoas em todas as Regiões.

7. Nenhum outro assunto de interesse da sociedade foi tratado na presente Assembleia.

Na sequência dos trabalhos, disse o Sr. Presidente que as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação.

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período.

Documentos Arquivados: Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral Ordinária, lavrando-se no Livro próprio a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem.

Assinaturas: Presidente da Mesa: Luciano Caldas Bivar; Secretária da Mesa: Tatiana Tavares de Campos; Acionistas: Luciano Caldas Bivar, Tatiana Tavares de Campos, Catarina de Petribu Bivar, Luciano de Petribu Bivar, Gerencial Brasitex Serviços Técnicos S/A, Brasifactor Fomento

AGO 30, 2018 - Ata, dec

Página 3 de 4



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:01
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215424383900000027052763>
Número do documento: 18012215424383900000027052763

Num. 27392252 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 23



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:01
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215424383900000027052763>
Número do documento: 18012215424383900000027052763

Num. 27392252 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 24


**EXCELSIOR
SEGUROS**

Comercial Ltda. e Brasipar Participações S/A, representadas neste ato por seu Administrador Luciano Caldas Bivar.

Declaração: Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro próprio e que são autênticas, no mesmo Livro, as assinaturas neles apostas,

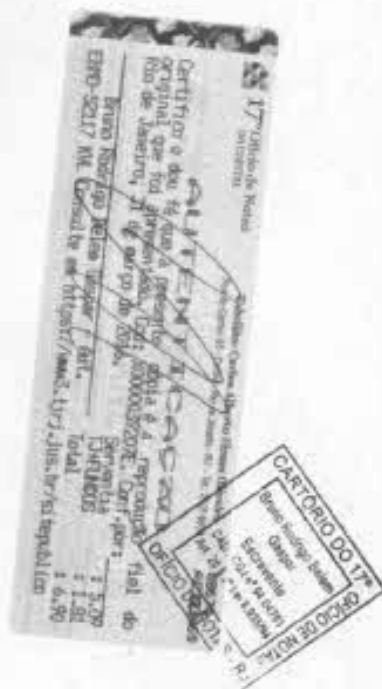
Recife (PE), 30 de março de 2011

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS


José Tupinambá Coelho
Diretor Superintendente


Sérgio de Petribu Bivar
Diretor Administrativo/Financeiro





Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:01
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215424383900000027052763>
Número do documento: 18012215424383900000027052763

Num. 27392252 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 26

[illegible]

INNOVACAO EMPREENDEDORISMO E PARTICIPACOES S.A. - CNPJ (NF) 70.056.536/0001-04
RELATÓRIO DA DIRETORIA - Prevididos Sócios: Submetidos à aprovação do V.Sac. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis desta sociedade, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007, 2.008, 2.009, 2.010 e 2.011. Recife (PE), 25 de abril de 2012. A DREI/USP/0101.

	2011	2010	2009	2008	2007	2006
ATIVO						
CIRCULANTE	5.136.986	9.412.307	8.842.431	3.908.457	2.717.981	1.984.247
IMOBILIZADO	1.041.987	919.123	1.110.282	1.281.288	1.019.112	1.234.278
MAQUINARIAS E EQUIPAMENTOS	1.041.987	1.086.238	1.110.282	1.281.288	1.019.112	1.234.278
PASSIVO						
CIRCULANTE	5.136.986	9.412.307	8.842.431	3.908.457	2.717.981	1.984.247
IMOBILIZADO	403.380	1.247.161	995.738	149.117	316.557	400.147
RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	347.254	1.046.990	817.213	130.412	248.000	316.147
PROVISÃO PARA IMPROBABILIDADES	56.126	1.994.171	178.525	18.695	66.557	183.999

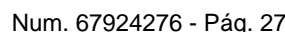
[illegible]

	2011	2010	2009	2008	2007	2006
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	303.438	300.444	3.900	2.000	3.000	1.100
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	17.522	(140.000)	(190.000)	(190.000)	(190.000)	(190.000)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	814	(200)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)
INCREMENTO (DECRESCIMENTO) no patrimônio líquido	89.411	(140.000)	300	300	(190.000)	(190.000)
INÍCIO DO PERÍODO DO EXERCÍCIO	45.141	140.000	30.000	30.000	30.000	30.000
FIM DO PERÍODO DO EXERCÍCIO	134.552	0	30.300	30.300	10.000	10.000

	2011	2010	2009	2008	2007	2006
ORIGENS					277.371	30.562
DETERMINAÇÃO					(206)	(29.474)
DE RECURSOS						
APLICAÇÕES					226.665	74.203
DETERMINAÇÃO DE DEBITOS DO PERMANENTE					(19.232)	-
DE RECURSOS					-	-
DETERMINAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO					(226.308)	(29.742)
DETERMINAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE					(226.308)	(29.742)
DETERMINAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					(226.308)	(29.742)

[illegible][illegible]

Número do documento: 18012215425161900000027052772



Número do documento: 20091418032896100000066622903



Num. 67924276 - Pág. 28



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:03
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215425161900000027052772>
Número do documento: 18012215425161900000027052772

Num. 27392261 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 30

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 158.222, na OAB/CE sob o nº 16045 e na OAB/PE sob o nº 1170-A; **LIANA CLODES BASTOS FURTADO**, inscrita na OAB/CE sob o nº 16897 e na OAB/PE sob o nº 1171-A; **RICARDO LASMAR SODRÉ**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 88.826; **RAFAEL DE MORAES CORDEIRO ORLANDO**, inscrito na OAB/RJ 135.625; **MARCELLE SOARES FARIA ROSA**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 111323; **DINA CLAUDIA DOS REIS PEREIRA SOARES**, inscrita na OAB/MA sob o nº 11.143-A; **MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**, inscrita na OAB/PE sob o nº 29.559; **RAQUEL QUEIROZ LIMA**, inscrita na OAB/CE sob o nº 17926; **ANTONIO DOS SANTOS MOTA**, inscrito na OAB/CE sob o nº 19283; **JEANN CALIXTO SOUSA OLIVEIRA**, inscrito na OAB/MA sob o nº 9163; **SIDNEI DE OLIVEIRA PAULO**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 171.129; TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA ALDAIRTON CARVALHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS S/S, com escritório na Av. Rio Branco, nº 248, 8º andar, CEP 20.040-009 - Centro- Rio de Janeiro, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula Ad Judicia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já,**

Procuração emitida e assinada eletronicamente por Seguradora Líder DPVAT em 22/01/2018 às 15:44:04, representando a Seguradora



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:04
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215431852800000027052797>
Número do documento: 18012215431852800000027052797

Num. 27392286 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 31

R. Senador Dantas 24, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel 21 3861-4500
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

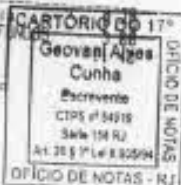
VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2014

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º Ofício de Notas
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel 2287-3888
Reconheço por assinatura a firma de MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON, inscritos no CNPJ nº 09.248.608/0001-04,
Rio de Janeiro, 26 de maio de 2014. Conf. por
Em testemunho
Geovani Alves Cunha, Aut. 362 TJ-RJ
ERGL-62523 DUM. ERGL-62524 MUR
Consulte em <http://www3.tjrj.jus.br/sitedepublica>



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:04
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215431852800000027052797>
Número do documento: 18012215431852800000027052797

Num. 27392286 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 32



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:04
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215431852800000027052797>
Número do documento: 18012215431852800000027052797

Num. 27392286 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 34

[illegible]

(21) 27174141

Número do documento: 20091418032896100000066622903



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 22/01/2018 15:44:04
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012215431852800000027052797>
Número do documento: 18012215431852800000027052797

Num. 27392286 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091418032896100000066622903>
Número do documento: 20091418032896100000066622903

Num. 67924276 - Pág. 36

[illegible][illegible]

desenvolvido por Henrique de Almeida, RA-225. Os projetos em D. 1000, D. 1001, D. 1002, D. 1003, D. 1004, D. 1005, D. 1006, D. 1007, D. 1008, D. 1009, D. 1010, D. 1011, D. 1012, D. 1013, D. 1014, D. 1015, D. 1016, D. 1017, D. 1018, D. 1019, D. 1020, D. 1021, D. 1022, D. 1023, D. 1024, D. 1025, D. 1026, D. 1027, D. 1028, D. 1029, D. 1030, D. 1031, D. 1032, D. 1033, D. 1034, D. 1035, D. 1036, D. 1037, D. 1038, D. 1039, D. 1040, D. 1041, D. 1042, D. 1043, D. 1044, D. 1045, D. 1046, D. 1047, D. 1048, D. 1049, D. 1050, D. 1051, D. 1052, D. 1053, D. 1054, D. 1055, D. 1056, D. 1057, D. 1058, D. 1059, D. 1060, D. 1061, D. 1062, D. 1063, D. 1064, D. 1065, D. 1066, D. 1067, D. 1068, D. 1069, D. 1070, D. 1071, D. 1072, D. 1073, D. 1074, D. 1075, D. 1076, D. 1077, D. 1078, D. 1079, D. 1080, D. 1081, D. 1082, D. 1083, D. 1084, D. 1085, D. 1086, D. 1087, D. 1088, D. 1089, D. 1090, D. 1091, D. 1092, D. 1093, D. 1094, D. 1095, D. 1096, D. 1097, D. 1098, D. 1099, D. 1100, D. 1101, D. 1102, D. 1103, D. 1104, D. 1105, D. 1106, D. 1107, D. 1108, D. 1109, D. 1110, D. 1111, D. 1112, D. 1113, D. 1114, D. 1115, D. 1116, D. 1117, D. 1118, D. 1119, D. 1120, D. 1121, D. 1122, D. 1123, D. 1124, D. 1125, D. 1126, D. 1127, D. 1128, D. 1129, D. 1130, D. 1131, D. 1132, D. 1133, D. 1134, D. 1135, D. 1136, D. 1137, D. 1138, D. 1139, D. 1140, D. 1141, D. 1142, D. 1143, D. 1144, D. 1145, D. 1146, D. 1147, D. 1148, D. 1149, D. 1150, D. 1151, D. 1152, D. 1153, D. 1154, D. 1155, D. 1156, D. 1157, D. 1158, D. 1159, D. 1160, D. 1161, D. 1162, D. 1163, D. 1164, D. 1165, D. 1166, D. 1167, D. 1168, D. 1169, D. 1170, D. 1171, D. 1172, D. 1173, D. 1174, D. 1175, D. 1176, D. 1177, D. 1178, D. 1179, D. 1180, D. 1181, D. 1182, D. 1183, D. 1184, D. 1185, D. 1186, D. 1187, D. 1188, D. 1189, D. 1190, D. 1191, D. 1192, D. 1193, D. 1194, D. 1195, D. 1196, D. 1197, D. 1198, D. 1199, D. 1200, D. 1201, D. 1202, D. 1203, D. 1204, D. 1205, D. 1206, D. 1207, D. 1208, D. 1209, D. 1210, D. 1211, D. 1212, D. 1213, D. 1214, D. 1215, D. 1216, D. 1217, D. 1218, D. 1219, D. 1220, D. 1221, D. 1222, D. 1223, D. 1224, D. 1225, D. 1226, D. 1227, D. 1228, D. 1229, D. 1230, D. 1231, D. 1232, D. 1233, D. 1234, D. 1235, D. 1236, D. 1237, D. 1238, D. 1239, D. 1240, D. 1241, D. 1242, D. 1243, D. 1244, D. 1245, D. 1246, D. 1247, D. 1248, D. 1249, D. 1250, D. 1251, D. 1252, D. 1253, D. 1254, D. 1255, D. 1256, D. 1257, D. 1258, D. 1259, D. 1260, D. 1261, D. 1262, D. 1263, D. 1264, D. 1265, D. 1266, D. 1267, D. 1268, D. 1269, D. 1270, D. 1271, D. 1272, D. 1273, D. 1274, D. 1275, D. 1276, D. 1277, D. 1278, D. 1279, D. 1280, D. 1281, D. 1282, D. 1283, D. 1284, D. 1285, D. 1286, D. 1287, D. 1288, D. 1289, D. 1290, D. 1291, D. 1292, D. 1293, D. 1294, D. 1295, D. 1296, D. 1297, D. 1298, D. 1299, D. 1300, D. 1301, D. 1302, D. 1303, D. 1304, D. 1305, D. 1306, D. 1307, D. 1308, D. 1309, D. 1310, D. 1311, D. 1312, D. 1313, D. 1314, D. 1315, D. 1316, D. 1317, D. 1318, D. 1319, D. 1320, D. 1321, D. 1322, D. 1323, D. 1324, D. 1325, D. 1326, D. 1327, D. 1328, D. 1329, D. 1330, D. 1331, D. 1332, D. 1333, D. 1334, D. 1335, D. 1336, D. 1337, D. 1338, D. 1339, D. 1340, D. 1341, D. 1342, D. 1343, D. 1344, D. 1345, D. 1346, D. 1347, D. 1348, D. 1349, D. 1350, D. 1351, D. 1352, D. 1353, D. 1354, D. 1355, D. 1356, D. 1357, D. 1358, D. 1359, D. 1360, D. 1361, D. 1362, D. 1363, D. 1364, D. 1365, D. 1366, D. 1367, D. 1368, D. 1369, D. 1370, D. 1371, D. 1372, D. 1373, D. 1374, D. 1375, D. 1376, D. 1377, D. 1378, D. 1379, D. 1380, D. 1381, D. 1382, D. 1383, D. 1384, D. 1385, D. 1386, D. 1387, D. 1388, D. 1389, D. 1390, D. 1391, D. 1392, D. 1393, D. 1394, D. 1395, D. 1396, D. 1397, D. 1398, D. 1399, D. 1400, D. 1401, D. 1402, D. 1403, D. 1404, D. 1405, D. 1406, D. 1407, D. 1408, D. 1409, D. 1410, D. 1411, D. 1412, D. 1413, D. 1414, D. 1415, D. 1416, D. 1417, D. 1418, D. 1419, D. 1420, D. 1421, D. 1422, D. 1423, D. 1424, D. 1425, D. 1426, D. 1427, D. 1428, D. 1429, D. 1430, D. 1431, D. 1432, D. 1433, D. 1434, D. 1435, D. 1436, D. 1437, D. 1438, D. 1439, D. 1440, D. 1441, D. 1442, D. 1443, D. 1444, D. 1445, D. 1446, D. 1447, D. 1448, D. 1449, D. 1450, D. 1451, D. 1452, D. 1453, D. 1454, D. 1455, D. 1456, D. 1457, D. 1458, D. 1459, D. 1460, D. 1461, D. 1462, D. 1463, D. 1464, D. 1465, D. 1466, D. 1467, D. 1468, D. 1469, D. 1470, D. 1471, D. 1472, D. 1473, D. 1474, D. 1475, D. 1476, D. 1477, D. 1478, D. 1479, D. 1480, D. 1481, D. 1482, D. 1483, D. 1484, D. 1485, D. 1486, D. 1487, D. 1488, D. 1489, D. 1490, D. 1491, D. 1492, D. 1493, D. 1494, D. 1495, D. 1496, D. 1497, D. 1498, D. 1499, D. 1500, D. 1501, D. 1502, D. 1503, D. 1504, D. 1505, D. 1506, D. 1507, D. 1508, D. 15

[illegible][illegible]

Num. 67924276 - Pág. 39



Num. 27392304 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 18:03:29
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2009141803289610000066622903>
 Número do documento: 2009141803289610000066622903

Num. 67924276 - Pág. 40